



Verão 2014

Cidade Velha: E foi assim que tudo começou

EXPRESSO DAS ILHAS

//26 - 27



EXCLUSIVO

Entrevista com Carlos Burgo

“A perspectiva para os próximos tempos não é muito optimista”

//16 a 19



Naufrágio do John Miller

ENACOL afasta cenário de desastre ambiental

//4

Foto: Juan Blanco



Marcílio de Miranda Neto, Universidade de Maringá, Brasil

Cada cidadão tem que ser um fiscal de si próprio e do governo

//14 - 15

Cimeira EUA – África

Jorge Carlos Fonseca quer reforço da cooperação

//7



Opinião

Cabo Verde não pode entregar o seu ouro ao primeiro que aparecer



Gualberto do Rosário



A sua satisfação sempre foi o nosso compromisso. Agora, é motivo de celebração.

Há 30 anos que na ASA, Aeroportos e Segurança Aérea de Cabo Verde, trabalhamos em prol de uma melhor qualidade dos nossos serviços. Esse trabalho contínuo valeu-nos agora as Certificações ISO 9001 e OHSAS 18001.

Venha celebrar connosco.



A ASA obteve as Certificações ISO 9001 e OHSAS 18001 pelo seu compromisso comprovado com a Qualidade, Higiene e Segurança no Trabalho.



WWW.ASA.CV

//Editorial

Honestidade intelectual

A ministra da Administração Interna repetidas vezes nas suas intervenções durante o debate sobre o estado da Nação confessou-se adepta entusiástica da “honestidade intelectual”. A impressão geral, porém, que não essa é a atitude que propriamente caracteriza o debate público em Cabo Verde. O uso da propaganda, a exploração de sentimentalismos diversos, as incursões feitas na demagogia pura e dura não permitem que, do confronto de ideias na esfera pública, o país reconheça os seus reais problemas, identifique os desafios a vencer e colectivamente encontre a via da prosperidade, na liberdade e com dignidade. Os sucessivos apelos do presidente da república a que os actores políticos falem verdade ao país evidenciam o muito que se tem desviado da postura responsável na relação entre os governantes e a população.

Ao longo do debate sobre o estado da Nação ouviu-se de tudo. O prato maior foi discutir os anos noventa. O primeiro-ministro e os seus ministros lançaram-se em interpretações do que supostamente terá acontecido nos dez anos de governação do partido hoje na oposição. O móbil para esta incursão no passado de há quinze anos atrás terá sido a preocupação em retirar legitimidade às críticas feitas à governação de hoje e desqualificar a oposição como alternativa ao governo nas legislativas de 2016. O problema é que com tal abordagem não é possível qualquer debate, muito menos um que se possa reivindicar de ser honesta intelectualmente.

Fale-se em honestidade intelectual, quando geralmente se reconhece publicamente que há pontos de vista alternativos, quando se dirige ao argumento e não à pessoa, quando se consegue aceitar que uma crítica é válida ou tem pontos válidos e quando se é consistente na argumentação e não se procura distorcer o que diz o interlocutor ou o adversário para melhor o puder vencer aos olhos dos outros. Há quem entenda a política como negação de tudo isto. Mas a verdade é que o sistema político por ser uma democracia e basear-se no pluralismo, na livre expressão de ideias e no consentimento dos governados, pressupõe o cumprimento de uma série de regras para se manter dinâmico e com capacidade adaptativa. Por exemplo, a quem é dado mandato para governar, exige-se um grau elevado de responsabilidade, transparência e de verdade na condução das questões públicas e não se lhe aceita que por qualquer via procure impedir a emergência de soluções alternativas de governação. Quando não se cria uma cultura de cumprimento das regras procedimentais da democracia, o Poder tende a descair para o autoritarismo, a tornar-se autista e a socorrer-se cada vez mais da propaganda para se comunicar.

Os partidos políticos têm um papel fundamental na criação da vontade política. Distinguem-se entre si nas opções político-filosóficas, na sua visão do futuro do país e na forma como interagem com a sociedade no processo de influenciação e mobilização de vontades. São normalmente marcadas pelo momento histórico que lhes deu origem, mas ninguém os quer presos ao passado. Portadores de uma ideologia própria que os identifica e distingue não, se espera deles a honestidade intelectual exigida na academia e aos “homens livres”. Mas também não devem cair no extremo oposto do cinismo e hipocrisia que impossibilita negociações e acordos e mantem a sociedade em estado de permanente crispação.

O programa eleitoral e o programa do governo são os dois principais componentes do contrato firmado com o eleitorado e para o cumprimento do qual se lhes atribuiu um mandato. Os partidos devem, sem desvios e subterfúgios, serem fiscalizados pelo cumprimento das promessas gerais que foram feitas. Não há lugar para frases do tipo “o governo não pode fazer tudo e por isso o povo deve ser paciente e desculpar as falhas ainda existentes”. Ou então, “o governo já fez a sua parte e não tem culpa de que os outros, as empresas, os trabalhadores e as famílias não estejam a colaborar”. Devem cumprir o prometido, nem mais, nem menos. Não podem falhar nos objectivos e de seguida forçar o país a aceitar os resultados obtidos como os únicos possíveis. Também não podem desresponsabilizar-se perante a falta ou o desvio da iniciativa e energia das pessoas para se atingir objectivos colectivos com o argumento de terem feito a sua parte. Governa-se é com os olhos postos em objectivos globais da comunidade. Ao governo dá-se instrumentos e recursos para fazer convergir vontades na consecução desses objectivos. Fracassos têm que ser assumidos por quem de direito. Honestidade intelectual e responsabilidade política assim o exigem. A questão de segurança, por exemplo, que tanto preocupa os cabo-verdianos devia ser dos sectores em que a postura honesta de todo o sistema envolvido poderia ser crucial para se obter a confiança e a participação de todos, em particular das comunidades nos bairros e para que “paz e tranquilidade” em Cabo Verde fossem o ouro e o diamante que o poeta cantou.

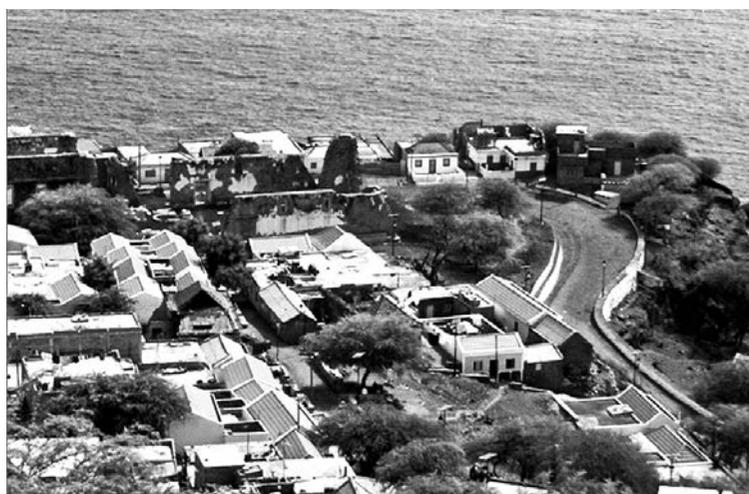
Cabo Verde entrou numa nova fase como país de rendimento médio a partir de Janeiro de 2014. O contexto internacional adverso, o crescimento raso da economia nacional e o desemprego elevado conjugam-se para tornar a transição mais difícil e complicada. Devia-se esperar que esta realidade preenche de consequências tivesse a merecida atenção no debate. Não aconteceu. Uma discussão intelectualmente honesta teria levado todos lá facilmente.

A Direcção

Ribeira Grande de Santiago

Construção clandestina gera conflito entre autarquia e populares

A colocação de uma placa de cimento numa casa ilegal levou a Câmara Municipal da Cidade Velha a intervir. Populares revoltaram-se e tentaram agredir o presidente da câmara. O PAICV acusa a autarquia de “instigar à violência” e o MpD faz apelos à calma.



O PAICV acusou ontem a Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago de “instigar à violência” ao tentar evitar que fosse colocada, de forma ilegal, uma laje numa casa de construção clandestina.

Esta acusação vem na sequência de uma conferência de imprensa, esta terça-feira, em que o PAICV reagiu às declarações do vereador da edilidade, Alcides de Pina, que acusou o partido no poder e a oposição no concelho de estarem a instaurar, na Cidade Velha, “uma situação de anarquia, incentivando as pessoas a realizarem obras sem licenciamento” municipal, sobretudo, aos fins de semana.

Na sua declaração, o deputado municipal do PAICV, Jorge Moreira, esclareceu que o seu partido é contra ilegalidades e criticou a forma e o procedimento como “a câmara tem agido para impedir a construção clandestina” na Cidade Velha Património da Humanidade.

O deputado Jorge Moreira disse que a medida, que o vereador Alcides de Pina considerou preventiva (apreensão dos materiais de cofragem) para impedir o andamento da obra, foi “ilegal e irresponsável”.

Questionado se a construção clandestina também não é ilegal, Jorge Moreira respondeu

que sim, mas defendeu o diálogo entre a câmara e o proprietário da casa, neste caso o prevaricador para evitar situação de conflito.

O PAICV, disse o deputado municipal, continua a fazer tudo o que está ao seu alcance para que a Cidade Velha mantenha o estatuto de Património Mundial. “O que não apoiamos é a tomada de medidas de forma irresponsável e criminosa para repor a legalidade no concelho”, acrescentou.

MpD apela à calma

Também o MpD abordou ontem este assunto, com o vice-presidente do MpD, Luís Filipe Tavares, a apelar ao diálogo e à serenidade na resolução dos diferendos entre a Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago e a população da Cidade da Velha.

Luís Filipe Tavares falava em conferência de imprensa para reagir ao tumulto registado no passado sábado, na Cidade Velha e que levaram a que um grupo de moradores apedrejassem a viatura do edil Manuel de Pina, que circulava no momento na estrada nacional.

“Pensamos que problemas de natureza urbanística devem ser resolvidos no âmbito da lei

e através de um diálogo intenso entre as partes. A Cidade Velha é património da Humanidade e Cabo Verde tem um conjunto de responsabilidades e tem também todo o interesse em preservar o património existente”, disse Luís Filipe Tavares, apelando à compreensão da população, tendo em conta as regras apertadas.

Luís Filipe Tavares considerou, entretanto, inaceitável que a integridade do presidente da Câmara Municipal, que conforme frisou representa a autoridade legal da Ribeira Grande de Santiago, seja posta em perigo.

Neste sentido, apelou também a todas as instituições incluindo a Polícia Nacional (PN) a estarem atentas ao desenvolvimento futuro deste caso em concreto na Cidade Velha.

Instado a comentar as declarações do vereador Alcides de Pina, que na segunda-feira afirmou que a PN está ao serviço do PAICV no município de Ribeira Grande de Santiago, o vice-presidente do MpD disse que a Polícia tem feito o seu trabalho de modo exemplar, podendo existir “excessos” aqui ou acolá.

“Nós acreditamos na PN. Pode haver excessos, mas os excessos não podem prejudicar a imagem global da Polícia. A PN deve continuar a fazer o seu trabalho e sobretudo a proteger as instituições. A Câmara Municipal é uma instituição pública, é um órgão da República e como tal deve ser respeitada, assim como o seu presidente que é um órgão singular fundamental para a gestão dos assuntos municipais”, realçou.

Luís Filipe Tavares disse acreditar no bom-senso de todos os intervenientes para a resolução o mais rapidamente possível desse diferendo de uma forma serena e num clima de paz e tranquilidade.

ESTE VERÃO CARREGA A PARTIR DE 300\$ E ENTRA NA

EXPLOÇÃO DE PRÉMIOS



**ENTRA NO SORTEIO FINAL DE 2 VOLKSWAGEN UP
1 PARA BARLAVENTO E 1 PARA SOTAVENTO**

De 25 de Julho a 02 de Setembro faz recargas a partir de 300\$ e entra no sorteio de vários prémios diários e semanais. No final serão sorteados 2 fabulosos Volkswagen Up: 1 para Barlavento e 1 para Sotavento. Quanto mais recargas fizeres mais hipóteses tens de ganhar!
Começa já a carregar e ganhar!

Imagens dos prémios são meramente ilustrativas

SORTEIO DIÁRIO
11
KIT'S DE BELEZA
HOMEM & MULHER

SORTEIO SEMANAL
5
BICICLETAS

SORTEIO DIÁRIO
40
TELEMÓVEIS
ZTE VELOX

SORTEIO SEMANAL
5
IPAD MINI

SORTEIO DIÁRIO
40
RECARGAS
DE 2.000\$

CVMóvel
fala coração

Consulta o regulamento dos sorteios em www.cvmovel.cv. Linha de apoio 180.
CVMóvel, o único operador de telecomunicações móveis certificado em Cabo Verde.



Afundamento do navio John Miller

ENACOL afasta cenário de desastre ambiental

John Miller, navio de transporte de combustíveis da ENACOL, naufragou no passado domingo quando se preparava para atracar no porto de Sal-Rei, na Boa Vista. A ENACOL garante que não houve danos ambientais por causa do naufrágio. Só em 2014 já houve quatro acidentes com navios em Cabo Verde.



Foto: Juan Blanco

André Amaral

Num comunicado enviado à imprensa, a ENACOL garante que “não ocorreram quaisquer danos humanos ou ambientais” por causa do naufrágio do navio que transportava combustíveis para a Boa Vista.

“Foi (...) enviada para o local, uma equipa de técnicos da ENACOL e de autoridades competentes para procederem à avaliação da situação no terreno e ao levantamento dos meios necessários para as fases seguintes da operação”, refere a empresa no mesmo comunicado, onde diz igualmente que está previsto para hoje o início da avaliação da situação do navio “que contará (...) com a assistência de técnicos que a petrolífera portuguesa Galp Energia enviará a partir de Lisboa”.

Afastada está também a possibilidade de danos ambientais, uma vez que o “transporte de combustível é feito em tanques contentorizados, não havendo sinais de qualquer fuga de produto. O navio John Miller transportava cerca de 60 toneladas de combustíveis, incluindo a quantidade de consumo próprio”. Ainda segundo o

mesmo comunicado, os meios de recuperação dos combustíveis “foram já mobilizados e a ENACOL não poupará esforços para que esta operação se efectue com o mínimo de risco. Foram igualmente accionados os mecanismos para assegurar a reposição do abastecimento à ilha da Boa Vista, o que se encontra assegurado”.

Entretanto, foi criada uma equipa técnica para apurar as causas do afundamento do navio de combustível “John Miller”, disse à Inforpress o capitão dos Portos de Barlavento, António Duarte Monteiro.

A equipa técnica, segundo António Duarte Monteiro, é constituída pelo comandante Manuel Monteiro e o engenheiro Carlos Gomes, da Agência Marítima Portuária, e o delegado Marítimo da Boa Vista, Nadir Almeida.

“Neste momento, está em curso uma investigação sobre as causas do acidente e é prematuro avançar qualquer informação”, disse António Duarte Monteiro, anotando que só depois de a equipa técnica ouvir toda a tripulação é que vai apurar sobre as causas do afundamento.

Segunda-feira, numa conferência de imprensa em São

Vicente, Carlitos Fortes, director geral da empresa nacional de combustíveis, garantiu que “assim que soubemos do acidente reunimos com a equipa de emergência e com as autoridades competentes e decidimos, no imediato, fretar um avião para levar uma equipa de técnicos de São Vicente para proceder in loco à investigação do acidente”.

Ainda segundo Carlitos Fortes, o acidente terá ocorrido durante as manobras de atracação ao porto de Sal-Rei quando “o navio terá embatido num rochedo” o que terá provocado o seu encalhe e depois o seu afundamento.

Prejuízos

A bordo do John Miller seguiam “cerca de 60 toneladas de carga, na sua maioria combustível”, disse o director geral da ENACOL aos jornalistas. Mas, segundo a TCV, a bordo seguiriam também produtos alimentares, bebidas, mercadorias que iriam abastecer os estabelecimentos comerciais da Ilha das Dunas e também alguns automóveis.

O afundamento do John Miller vem ainda causar ainda ou-

tro tipo de problemas. Segundo disse à RCV um dos maiores armazenistas da ilha, na Boa Vista o stock de água engarrafada era baixo e duraria apenas mais um ou dois dias e que a bordo do navio vinham cerca de 120 paletes de água que iriam reforçar o stock armazenado.

Sem riscos de derrame

Na segunda-feira, segundo a TCV, eram visíveis, no mar, algumas manchas de combustível de pequena dimensão provenientes do navio. No entanto, ainda segundo a estação pública de televisão, esse combustível não estava a ser libertado pelos contentores mas sim pelo próprio navio. Uma informação que Carlitos Fortes reforçou em conferência de imprensa ao dizer que “o combustível em contentores tem uma garantia clara no seu transporte. Os contentores são certificados” tanto para transporte terrestre como depois para transporte marítimo, o que significa que apesar de existir “o risco de derrame está bastante salvaguardado”.

Quanto à fuga de combustível do navio, Carlitos Fortes negou essa informação dizendo

à Rádio Morabeza que “a película de combustível que se vê na água é normal”.

Carga recuperada

Os contentores estão, desde segunda-feira e conforme adiantou Carlitos Fortes “a ser removidos”. “Boa parte deles já está no porto de Sal Rei”, disse este responsável da ENACOL que aproveitou igualmente para apelar para que as pessoas não se aproximem dos depósitos que ainda não tenham sido recuperados “exactamente pelo risco que pode ter qualquer acção junto desses contentores”, uma vez que, disse, “é do nosso conhecimento que já terá havido alguma tentativa de violação desses contentores”.

O processo de resgate das cargas e do próprio navio vai ser feita em diversas fases. Para Carlitos Fortes a principal prioridade “é retirar a carga do navio e recolher os contentores do mar”.

Numa segunda etapa será avaliada a melhor forma de “retirar a restante carga do navio, para além do combustível que o navio usava para o seu consumo” e por fim, segundo adiantou a TCV “vai ser feito o rasgamento do navio para permitir a retirada dos contentores de combustível”.

Este é o quarto incidente com navios em Cabo Verde em menos de um ano, tendo o primeiro acontecido em Setembro de 2013, quando o navio de carga Rotterdam, com seis tripulantes a bordo, desapareceu horas depois de ter saído do Porto da Praia e até hoje não se sabe do seu paradeiro.

Um mês depois, em Outubro de 2013, o navio de transporte de passageiros inter-ilhas Sal-Rei colidiu com a embarcação de combustíveis Cipreia junto do Ilhéu de Santa Maria, na Cidade da Praia, mas o choque não causou vítimas.

No mês de Junho último, o navio de passageiros e de carga Pentalina-B encalhou na praia de Moia-Moia, região do concelho de São Domingos, ilha de Santiago, mas todos os 85 passageiros que estavam a bordo foram retirados com ajuda de um rebocador.

MUDAR SÓ TRAZ VANTAGENS



As ofertas são válidas mensalmente e não são acumuláveis.
No primeiro mês as ofertas são gratuitas e nos meses seguintes, até 31 Dezembro, serão mediante carregamentos a partir de 500\$.

atendimento ao cliente
555
www.uniteltmais.cv

 **UNITEL** 
Porque você merece +

Código do Processo Civil

Alteração agora só via Tribunal Constitucional

Depois do veto presidencial à proposta de alteração ao Código do Processo Civil, o decreto legislativo voltou ao Parlamento. A maioria do PAICV foi suficiente para voltar a aprovar o diploma que deverá agora ser promulgado por Jorge Carlos Fonseca no prazo de oito dias.



A proposta de alteração do Código de Processo Civil (CPC) voltou ao parlamento com o PAICV a defender que o veto presidencial se baseou apenas em questões jurídicas e que o argumento utilizado por Jorge Carlos Fonseca “quanto à violação dos princípios da igualdade, o afastou por completo do que devia estar subjacente a um veto político”.

Da autoria de Carlos Ramos, deputado do PAICV, a declaração de voto diz ainda que o veto de Jorge Carlos Fonseca só seria possível após pronunciamiento do Tribunal Constitucional. “Os argumentos para o veto político embasam, exclusivamente, em razões invocáveis para um veto jurídico. Isto é, veto previsto no artigo 279, n.º 3, praticável após submissão do diploma e subsequente pronunciamiento do Tribunal Constitucional pela inconstitucionalidade”.

Segundo o PAICV, Jorge Carlos Fonseca apresenta duas dúvidas quanto à constitucionalidade da proposta de alteração ao Código de Processo Civil,

“uma se não haveria violação do princípio da igualdade, outra se não se estaria a violar o princípio da indemnização pelos danos causados pela violação de direitos e interesses legalmente protegidos”. Ora, segundo o partido da maioria, tendo estas dúvidas, em vez do veto, o Presidente da República deveria ter solicitado ao Tribunal Constitucional o seu esclarecimento.

Outro ponto contestado por Jorge Carlos Fonseca é a “pretensa violação do direito a indemnização”, algo que para o PAICV “é uma dúvida que se dissipa face a um ligeiro exercício de interpretação. O princípio da indemnização mantém-se absolutamente intacto, como é evidente, sendo, no entanto certo que os recursos destinados à consecução do interesse público serão impenhoráveis para o efeito”.

MpD discorda

Pela voz de Eurico Monteiro o MpD apoiou o veto presidencial desta alteração do CPC que

defende que “a solução encontrada para proteger os bens do Estado contra os seus credores e contra os Tribunais é má e só faz sentido num quadro que deve ser rejeitado por todos, sem qualquer ambiguidade: o interesse particular, do cidadão ou da empresa, é mau e menor, e o interesse do Estado é bom e superior”.

Para o MpD a alteração do CPC constitui nada menos que “uma lei que pretende blindar o Estado contra os Cidadãos e contra os tribunais”, declarou Eurico Monteiro no Parlamento. “É também uma mensagem preocupante para os cidadãos e para as empresas, pois está a dizer de forma mais clara possível que o Estado não pretende cumprir os seus compromissos”.

Desta forma, para o MpD, a ser aprovada, esta alteração coloca em causa o regime democrático cabo-verdiano. “Trata-se de um significativo recuo do Estado de Direito Democrático no seu relacionamento com os cidadãos e com as empresas. Exige-se dos cidadãos e das empresas, o cumprimento dos

seus deveres, nomeadamente fiscais e parafiscais, criminalizando, até, o incumprimento. Mas o Estado é permitido, por portas travessas, não pagar, furtar-se ao cumprimento das suas obrigações”, declarou o deputado do MpD justificando dessa forma o voto negativo do seu partido.

Mas, para Eurico Monteiro, o que está em causa é a mensagem que o governo e o PAICV quiseram fazer passar com a aprovação desta alteração, uma mensagem “segundo a qual a igualdade é um valor que respeita apenas à relação entre os cidadãos, entre os particulares, pois que o Estado de Cabo Verde, mesmo quando se comporta como um vulgar caloteiro, é mais igual dos que os cidadãos”.

O veto presidencial

A alteração do Código de Processo Civil permitiria ao governo consagrar “no Código de Processo Civil a presunção de que se destinam à realização de utilidade pública os activos do

Tesouro Público em caixa ou depositados em instituição pública bancária”. Assim, se o diploma tivesse sido promulgado pela Presidência da República, quaisquer activos que o governo possuísse estariam a salvo dos credores que interpusessem acções de penhora contra o Estado por serem declarados “de utilidade pública”.

Segundo um jurista, contactado pelo Expresso das Ilhas, “isto seria o mesmo que dizer que o estado é uma pessoa de bem mas que não paga porque existe uma lei que lhe permite não pagar”.

Outro argumento apresentado pela presidência da república para o veto desta alteração é que quando o Estado é executado num processo judicial, “o credor deve ter acesso aos meios necessários para recuperar o seu crédito, sob pena de ficar sem direito ao referido crédito”, lê-se naquele documento.

Apelando a que se faça um equilíbrio entre o “interesse do Estado na realização do fim público e o interesse particular na recuperação de um crédito”, Jorge Carlos Fonseca alega que esse equilíbrio já é feito pelo actual Código do Processo Civil “definindo os bens absolutamente impenhoráveis”. E acrescenta: “Acrescer ao elenco dos bens (praticamente impenhoráveis) os activos do Tesouro Público, activos esses que são constituídos pelas receitas do Estado, é afirmar que as dívidas do Estado não podem ser liquidadas pelas receitas que o mesmo Estado arrecada”.

Assim, e conforme alega a presidência da república esta alteração estaria a promover “uma presunção legal que não assenta em factos reais, aliás que contraria os factos reais (os activos do Tesouro Público em caixa ou depositados em instituição pública bancária destinam-se a fazer face a todas as obrigações do Estado e não só a fins de utilidade pública), impondo ao devedor a obrigação de vir provar que o montante que deve ser penhorado para pagar o seu crédito não se destina a um fim de utilidade pública, constitui uma tarefa impossível”.

Cimeira EUA – África

Jorge Carlos Fonseca quer reforço da cooperação

A intervenção de Jorge Carlos Fonseca, na Cimeira EUA – África, destaca as relações entre os Estados Unidos da América e Cabo Verde e apela a um aprofundamento das mesmas.

André Amaral

O presidente da República está nos Estados Unidos da América onde participa na cimeira promovida por Barack Obama.

No discurso que fez durante este encontro que reuniu quase todos os líderes africanos, Jorge Carlos Fonseca destacou o bom relacionamento entre os dois países. “As relações entre as Nações cabo-verdiana e americana antecedem o nascimento da nova República de Homens Livres, a Cinco de Julho de 1975, quando as Ilhas de Cabo Verde proclamam também a sua independência política”, referiu o presidente da República que de seguida questionou: “Seria coincidência que esta nova República de Homens Livres tivesse já uma grande comunidade de cidadãos seus no território dos Estados Unidos da América, comunidade essa que começou a se instalar desde os tempos aventureiros da caça à baleia?”

“Sejam quais forem as razões da nossa aproximação e do convívio fraterno” defende Jorge Carlos Fonseca, “a sua existência é um facto desde a madrugada dos tempos”. Desta forma, para o Presidente da República o mais importante “é continuar a investir no reforço dos laços existentes e tudo fazer para que eles favoreçam, para além da relação entre os dois Estados, uma maior aproximação entre os seus respectivos povos”.

A proximidade entre os dois países é, para Jorge Carlos Fonseca, uma vantagem e, por isso, “Cabo Verde e os Estados Unidos da América devem trilhar caminhos de complementaridade, de procura de maior intercâmbio político e cultural e de disponibilidade para participar da realização dos anseios legítimos dos respectivos povos”.

Jorge Carlos Fonseca defende assim que os dois países

devem “apostar, abertamente no reforço” das relações bilaterais. Isto porque, “tendo em conta que as relações bilaterais entre dois Estados soberanos constituem a resultante das grandes linhas das respectivas Políticas Externas, necessário se torna, portanto, identificar os elementos capazes de ajudar na realização do desiderato de aprofundamento das relações, já históricas, existentes”.

Um reforço de relações que se justifica, segundo o Presidente da República, pela importância geoestratégica de Cabo Verde e “pelo seu posicionamento no campo da democracia”.

Elogios ao desenvolvimento

O Presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama, destacou ontem, em Washington, a importância do desenvolvimento económico do continente africano pelo facto deste registar um certo crescimento nos últimos anos.

“Não podemos perder de vista a nova África que emerge”, frisou o presidente norte-americano, que comentou que os dirigentes do seu país sabem o que torna essa África tão significativa, uma das economias com maior crescimento do mundo, uma crescente classe média, um sector em expansão a nível da indústria e com um dos mercados de telecomunicações com maior crescimento do mundo», destacou.

Obama congratulou-se com os líderes empresariais e empreendedores tanto dos Estados Unidos quanto de África, que estão a criar emprego e oportunidades para os respectivos povos.

Na sessão da manhã de ontem, várias foram as individualidades quer americanas e quer africanas que intervieram no painel sobre este tema, onde a maior parte deles foram unânimes em incentivar a



participação de investimentos americanos em África, onde enaltecem e valorizam os recursos existentes no designado continente.

A Cimeira EUA/África conta com a participação de mais de 50 chefes de Estado e de Governo, enquanto para a sessão de hoje, terça-feira, o Fórum de Negócios contou com a presença de ao menos 200 empresários, entre africanos e norte-americanos.

Protestos

No entanto, esta cimeira tem sido tudo menos pacífica. Centenas de protestantes

juntaram-se em frente do departamento de Estado norte-americano, em Washington, na segunda-feira, no início da primeira Cimeira das Nações Africana nos Estados Unidos da América, onde estão presentes mais de 40 chefes de estado do continente.

Os manifestantes, na maioria da Etiópia e da República Democrática do Congo, diziam estar zangados com as intenções anunciadas pela Casa Branca no sentido de estabelecer ligações económicas com aqueles regimes opressivos. “Parem de financiar ditadores” ou “Obama, devias ter vergonha”, cantava a multidão.

Obang Metho, director do Movimento de Solidariedade para uma Nova Etiópia, lembrou a mensagem do presidente americano aos líderes africanos durante a sua viagem ao continente, em 2009. “África não precisa de homens fortes. Precisa de instituições fortes”, afirmou Barack Obama, na época. “Agora este está a sentar-se com esses homens fortes”, disse Obang Metho, ao New York Times.

Ébola

Outro assunto que marca a agenda desta cimeira é o surto de ébola que afecta a costa ocidental africana e, com a realização desta cimeira, as promessas de ajuda começam a surgir.

O Banco Mundial está disponível para entregar 150 milhões de euros para o combate à epidemia na África Ocidental, um anúncio feito durante a cimeira EUA/África, que está a decorrer em Washington.

O presidente do Banco Mundial indicou que esta verba servirá para comprar medicamentos e pagar médicos, enfermeiros e outras medidas consideradas prioritárias para conter este vírus, que já causou pelo menos 887 mortos desde Fevereiro.

Na Serra Leoa, um dos países afetados por este surto de Ébola, foram enviados 750 militares para as zonas mais afetadas no leste do país.

O objetivo da operação Polvo, como foi designada, pretende controlar o pânico junto das comunidades locais que atacaram os profissionais de saúde e ameaçaram incendiar os centros de quarentena.

Perante protestos na Libéria, as autoridades locais ordenaram que os corpos das vítimas do Ébola sejam cremados, numa altura em que o ministro liberiano da Informação já diz que a situação vai piorar e que precisa de ajuda, trabalhadores e recursos.

Muitas clínicas na capital Monrovia fecharam porque os médicos têm medo de tratar doentes com Ébola numa altura em que pelo menos 60 clínicos já perderam a vida.

Banco Espírito Santo

BCV assegura normalidade das operações

O Banco de Cabo Verde assegura que o Banco Espírito Santo Cabo Verde tem todas as condições para funcionar normalmente e que tem uma equipa, no BES-CV, a monitorizar a situação. As medidas a serem tomadas dependem em muito da evolução da situação do recém-criado Novo Banco.

André Amaral

O Banco Central de Cabo Verde está a acompanhar de perto a evolução do caso do Banco Espírito Santo, em Portugal. Segundo fonte do Banco de Cabo Verde, contactada pelo Expresso das Ilhas, o BES-CV pode continuar “a desempenhar as suas funções com toda a normalidade”. “Tanto o BES-CV como o BES SFE CV vão continuar a sua actividade como tem sido até agora, sem qualquer tipo de constrangimento. O BES-CV está a funcionar em condições de perfeita normalidade e detém rácios prudenciais que permitam salvaguardar a estabilidade e a confiança dos depositantes”, relatou a mesma fonte do BCV ao Expresso das Ilhas.

Nacionalização do BES-CV posta de parte

O escândalo que levou à falência do Banco Espírito Santo em Portugal conduziu à nacionalização de pelo menos um dos bancos do Grupo Espírito Santo. Em Cabo Verde a situação é “manifestamente diferente”, relata o BCV. “A filial do Espírito Santo Financial Group no Panamá, o ES Bank, não tem uma relação com o Banco Espírito Santo, pelo que a intervenção efectuada é de muito curto prazo e ocorreu para proteger os clientes face à situação de escassez de liquidez”, explicou. Por esta razão, este cenário não se aplica a Cabo Verde.

Mas isso não implica, segundo a mesma fonte, que o BES-CV não esteja a ser acompanhado com especial atenção por parte do BCV. “De todo o modo, a situação por que passa o ex-BES, SA, agora Novo Banco, está sendo acompanhada, pelo que as medidas a serem eventualmente tomadas em relação aos bancos nacionais



irão sempre depender da evolução do contexto”.

Para além da nacionalização, também o problema de contaminação está, para já, a ser posto de parte pelo Banco de Cabo Verde. Um receio que não se justifica, talvez, pela pouca expressão que o banco tem no mercado cabo-verdiano. “Não existem riscos de contaminação, dado que o BES-CV tem forte autonomia financeira e detém rácios de capital e de nível de crédito face aos depósitos muito robustos. O Banco tem uma quota de mercado de depósitos e crédito à volta de 8% e 2,5%, respectivamente,

pelo que não representa risco sistémico para o país”.

Uma questão de nome

Com a criação, em Portugal, do Novo Banco, todas as filiais do Banco Espírito Santo que estejam nele englobadas têm de mudar a sua designação. “Naturalmente, terá que adaptar-se às decisões impostas pelo Banco de Portugal à casa mãe, nomeadamente a alteração da sua denominação, tendo sempre em conta a lei das actividades e instituições financeiras de Cabo Verde”, declarou fonte do BCV.

No entanto em Cabo Verde já existe, desde 2010, uma instituição bancária com a designação de Novo Banco. Questionado sobre este assunto, o Banco de Cabo Verde indicou que o “BES-CV é uma instituição que se encontra a funcionar de forma regular no nosso ordenamento jurídico” e que agora a questão da designação do banco terá de ser discutida entre BES-CV e BCV.

Também o Banco Espírito Santo já se pronunciou sobre a sua situação em Cabo Verde. Através de um comunicado, o BES recordou que, no dia 3 de Agosto, o Conselho de Admi-

nistração do Banco de Portugal deliberou aplicar ao Banco Espírito Santo (BES) uma medida de resolução, mediante a qual a generalidade da actividade e do património foi transferido para o Novo Banco, devidamente capitalizada e expurgada de activos problemáticos.

“O Novo Banco iniciou assim a sua actividade no dia 04 de Agosto, com um capital de 4.900 milhões de euros e um rácio de capital de 8,5%, tal como referido expressamente no comunicado oficial do Banco de Portugal emitido no referido dia 03 de Agosto”, lê-se no comunicado.

O BES Cabo Verde aproveitou para informar aos seus clientes e “generalidade do mercado cabo-verdiano” que as entidades do BES Cabo Verde e BES Sucursal Financeira Exterior de Cabo Verde são agora, respectivamente, filial e sucursal do Novo Banco.

“Proseguirão com a sua actividade bancária em Cabo Verde da mesma forma como têm funcionado desde o início da sua actividade em 2010 e 2006, respectivamente”, concluiu a nota de três parágrafos, assinada pelo presidente do Conselho de Administração, Pedro Cudell, e pelos directores gerais, Pedro Cudell e António Duarte.

Em Cabo Verde desde 2006, através de uma sucursal financeira no exterior, o BES inaugurou em Julho de 2010 um banco universal de direito cabo-verdiano, o BES-CV, com um capital inicial de 13 milhões de euros, associando-se ao processo de internacionalização da praça financeira de Cabo Verde na região oeste-africana.

O BES-CV é um banco de direito local, com sede na Cidade da Praia, virado também para o apoio ao desenvolvimento económico, a internacionalização das empresas portuguesas e a promoção de parcerias com empresas cabo-verdianas.

No final do mês passado, o Banco Central Cabo-verdiano (BCV) garantiu que o Banco Espírito Santo - Cabo Verde (BES-CV) é uma instituição “muito bem capitalizada” e com níveis de rácios de capital “muito acima do que é exigido” legalmente.

ZAP TV TOP, ZAP 3P PLUS, ZAP 3P PREMIUM

ADERE AO PACOTE, QUE TE DÁ DESPORTO DO OUTRO MUNDO

ZAP

É OUTRO MUNDO

AGORA

SPORT-TV ÁFRICA

POR APENAS
700\$ MÊS!



Agora, sem custos adicionais, os teus canais preferidos de desporto estão disponíveis nos pacotes ZAP TV Top, ZAP 3P Plus e ZAP 3P Premium. Com ZAP o desporto é outro mundo!



TELEVISÃO



INTERNET

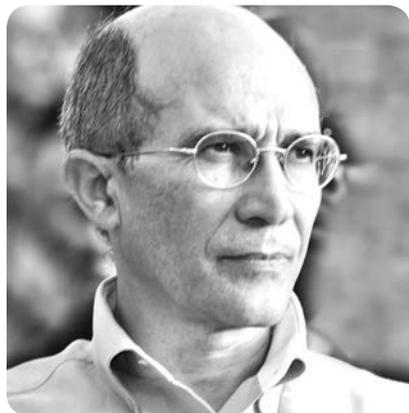


TELEFONE

POUPANÇA E COMODIDADE NUMA ÚNICA FACTURA
CHAMADAS GRÁTIS 24 HORAS DENTRO DA REDE

Saiba mais em www.cvmultimedia.cv ou ligue grátis 800 01 01

OPINIÃO



Gualberto do Rosário

Cabo Verde não pode primeiro que aparecer

2. Factores que justificam a escolha de Cabo Verde para a localização de uma plataforma de distribuição de tráfego aéreo intra atlântico e entre o Atlântico e o resto do mundo

A **localização** do Arquipélago é o principal fator em defesa dessa tese. Com efeito, a distância de Cabo Verde a alguns dos principais aeroportos do Mundo é a seguinte:

América do Sul - Fortaleza, 2.713km; São Paulo, 5.038km; Brasília, 4.550km; Bogotá, 5.630km; Buenos Aires, 6.697km.

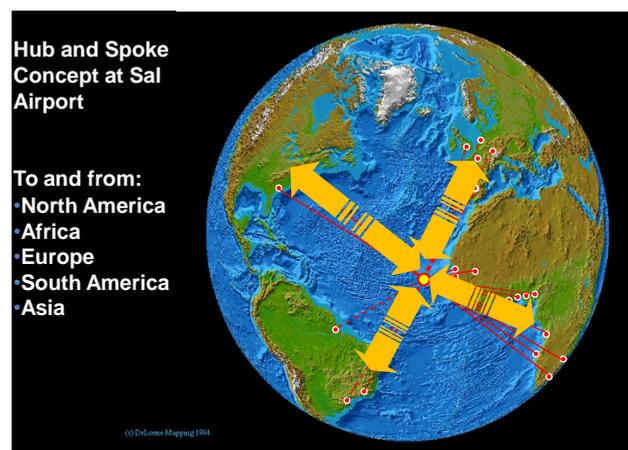
África - Cidade do Cabo, 7.141km; Luanda, 4.942km; Maputo, 7.693km; Nairobi, 6.945km; Dakar, 729km.

Europa - Lisboa, 2.911km; Londres, 4.478km; Amsterdão, 4.744km; Frankfurt, 4.744km; Roma, 4.514km; Moscovo, 6.791km.

América do Norte - Nova Iorque, 5.514km.
Resto do Mundo - Dubai, 8.207km; Pequim, 12.569km; Banguécoque, 13.077km.

Inferre-se, assim, que pela localização geográfica, Cabo Verde ocupa uma posição central e invejável, capaz de permitir a melhor, eficiente e mais confortável articulação intra aeroportos hubs dos países que compõem os continentes atlânticos e entre estes e o Resto do Mundo. Cabo Verde possui vocação para articular os principais aeroportos mundiais que funcionam como hubs.

Potential Air Routes



O **clima** é outro fator de relevo, uma vez que sendo tropical seco e não estando sujeito a fenómenos naturais (designadamente metrológicos) extremos, Cabo Verde oferece condições para a realização, durante as 24 horas do dia e durante 365 dias por ano de qualquer tipo de operação aérea.

Para além dos fatores naturais, importa referir as relevantes aquisições que o país conseguiu e que lhe dão uma vantagem competitiva notável, no caso de estabelecimento de uma plataforma de distribuição de tráfego aéreo numa das suas ilhas:

1. Tem uma participação ativa na gestão do tráfego aéreo, sendo responsável pela operação da FIR Atlântica do Sal.

2. O Aeroporto do Sal reúne excelentes condições, com duas pistas, uma de 3.270m de comprimento e outra com 1.500 metros de comprimento, sendo um aeroporto de categoria 9 e da classe 4E. O padrão de segurança é o americano e foi desenvolvido em cooperação com o governo dos Estados Unidos da América.

3. Cabo Verde tem a **categoria 1** atribuída pela FAA (Estados Unidos da América) e pela ICAO, o que significa que companhias registadas em Cabo Verde podem voar para qualquer destino do Mundo. É por essa razão que a TACV, companhia aérea cabo-verdiana, que possui o ETOPS, voa para os mais variados destinos, sem restrições.

4. Cabo Verde possui importantes **direitos e acordos aéreos** com países de todo o Mundo, dos quais se destacam os europeus, os USA, os do Continente Sul-Americano e os Africanos, para além de países do Oriente, como a China e Singapura, por exemplo. É de se destacar os seguintes acordos:

Air Transport

- **FAA CAT 1**
- **Open Skies Agreements:** Portugal, USA and ECOWAS States (under the scope of Yamoussoukrou Decisions)
- **Horizontal Agreements:** Signed recently with the EU, aiming the alignment of the bilateral agreements with EU standards
- **Bilateral Agreements:** Italy, Germany, France, Netherlands, Romania, Spain, United Kingdom, Russia, Switzerland, Brazil, Cuba, Algeria, Angola, Nigeria, South Africa, Zambia, Singapore

5. Os principais corredores aéreos atlânticos passam por Cabo Verde e convergem para a **FIR Atlântica do Sal**.

Air Traffic Control in Sal FIR



6. O aeroporto do Sal, o primeiro e o mais bem preparado do país para servir de plataforma de distribuição de tráfego aéreo, tem acompanhado os tempos e as **soluções tecnológicas de ponta**. Acaba, designadamente, de renovar os seus equipamentos de assistência a aeronaves, nomeadamente os afetos ao setor de bombeiros, assim como os de assistência a aeronaves na FIR Atlântica do Sal, neste caso, pela introdução da mais sofisticada tecnologia de controle por satélite.

1. Considerações gerais

Cabo Verde é um arquipélago situado na parte central do Atlântico, entre os paralelos N 17º 12' e N 14º 48' e os meridianos W 22º 44' e W 25º 22'. O Arquipélago é constituído por dez ilhas e alguns ilhéus. A superfície terrestre mede 4.033km² e a zona marítima exclusiva é de cerca de 800.000km². É habitado por 550.000 almas, aproximadamente, e possui uma diáspora, espalhada pelo Mundo, estimada em número equivalente à população residente. Essa diáspora mantém uma forte relação com o país de origem, que se traduz, designadamente, em viagens frequentes para visita a familiares e amigos

Politicamente, Cabo Verde é uma república independente, democrática e estável. Aliás, a estabilidade não se resume ao contexto político, mas inclui os níveis económico, social e de segurança. É um país confiável e que tem granjeado o reconhecimento da comunidade internacional. Entre outras funções de confiança e responsabilidade que o país assumiu, refira-se o mandato que teve para integrar, como membro não permanente, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, entre 1992 e 1993.

Um acordo de cooperação cambial firmado com Portugal, em 1998, e reconhecido, mais tarde, pelo ECOFIN da União Europeia estabelece uma paridade fixa do Escudo de Cabo Verde relativamente ao Euro, numa relação de €1,00 = ECV 110,265. Em contrapartida, Cabo Verde obriga-se a regular a sua economia segundo os critérios da Zona Euro e recebe uma linha de crédito para apoio à sua moeda em caso de choque externo prolongado que ponha as suas reservas cambiais em situação crítica.

A língua oficial é a Portuguesa, que convive harmoniosamente com o a língua nacional, com origem no Português dos séculos XVI e XVII. A população possui níveis de escolaridade elevados e o país forma os quadros superiores tanto no Arquipélago como no estrangeiro. Esta última particularidade confere a estudantes Cabo-verdianos a oportunidade de frequentarem algumas das melhores universidades do Mundo.

É um país bem infraestruturado. Possui um porto em cada uma das Ilhas, merecendo, contudo referência especial o Porto Grande de São Vicente, o Porto da Praia e o Porto da Palmeira, na Ilha do Sal. Possui quatro aeroportos internacionais, respetivamente nas Ilhas do Sal, São Vicente, Santiago e Boavista. Todas as ilhas possuem um aeroporto ou aeródromo.

O clima é tropical seco, amenizado pela presença do Oceano, estável durante todo o ano, sem grandes amplitudes térmicas e sem a ocorrência de fenómenos metrológicos extremos. A visibilidade é sempre compatível com as condições de realização de operações aéreas, nomeadamente descolagem e aterragem de aeronaves.

entregar o seu ouro ao

7. Cabo Verde é um **destino turístico** em contínuo crescimento, com taxas anuais de dois dígitos há perto de vinte anos, o que pode significar um movimento de passageiros em “transito” turístico, nos próximos dez/quinze anos, superior a 3.000.000. Já hoje, o número de voos charter com destino ou origem em Cabo Verde é significativo.

Non-Scheduled International Routes



8. Cabo Verde dispõe da sua **própria companhia aérea**, a TACV, 100% pública, com ETOPS e que voa para qualquer destino. No presente, a companhia realiza voos para o Brasil (Fortaleza e, brevemente, o Recife), para a África, para várias capitais europeias (designadamente, Lisboa, Madrid, Paris, Frankfurt, Amsterdão, Londres e Roma) e para os Estados Unidos da América (Boston).

3 A oportunidade que o negócio aéreo representa, neste momento, em Cabo Verde

Já foi demonstrado o facto de Cabo Verde reunir as melhores condições para o estabelecimento de uma plataforma de distribuição de tráfego aéreo intra países atlânticos e entre estes e o Resto do Mundo. Resta saber se há condições económicas e políticas para o investimento privado, nesse setor, e que possa permitir o estabelecimento da referida plataforma.

Do ponto de vista **económico**, convém dizer que 120 aeronaves sobrevoam diariamente a FIR Atlântica do Sal, representando um mercado de perto de 9.000.000 de passageiros/ano. Ao mesmo se deve juntar o tráfego com origem em África ou com destino à África, que utiliza rotas alternativas europeias, por falta de melhor opção. Estima-se um tráfego de passageiros equivalente ao dos passageiros que atualmente sobrevoam a FIR Atlântica do Sal.

A esses valores há que juntar o tráfego atual, estimado em mais de 1.000.000 passageiros, bem como o que resulta do crescimento do turismo que, nos próximos dez/quinze anos, alcançará cerca de 3.000.000 de passageiros que viajarão em dois sentidos.

Por outro lado, é intenção do Governo criar a Zona Franca da Ilha do Sal, associada ao Aeroporto,

suficiente para atrair um número significativo de passageiros cujo principal argumento de viagem é adquirir mercadorias a preços vantajosos. É um mercado que, na África, movimenta centenas de milhares de pessoas.

O contexto acabado de explicitar, sem prejuízo de estudos mais finos, permite concluir do enorme interesse económico que um projeto de estabelecimento de uma plataforma de distribuição de tráfego aéreo, a partir da Ilha do Sal, representa.

No que respeita às condições **políticas**, o Governo de Cabo Verde anunciou e está a tomar as medidas adequadas que levam à privatização da companhia aérea TACV (companhia de bandeira) e do Aeroporto do Sal.

A combinação dos dois processos de privatização é a poderosa alavanca que permite a construção da plataforma aérea. Esta tem, por conseguinte, como bases de sucesso, um bom operador aéreo, internacional ou com vocação para a internacionalização, um operador de aeroportos dotado de grande capacidade de gestão operacional de aeroportos internacionais e um financiador com recursos suficientes para assegurar o financiamento de um projeto de semelhante envergadura. A estas condições gerais estão associadas as condições básicas, a saber: a localização geográfica, o clima, a categoria 1 atribuída a Cabo Verde, o ETOPS obtido pela companhia aérea TACV e a Zona Franca Comercial.

4 Sobre a estratégia da privatização

A privatização da TACV e do Aeroporto do Sal é a mais importante de todas as privatizações feitas ou a fazer, em Cabo Verde.

Com efeito, a medida só ganha sentido e dimensão real se tiver como objetivo valorizar a posição geo-económica e geopolítica de Cabo Verde, duas das maiores riquezas do país.

Se o objetivo imediato é criar uma plataforma de distribuição de tráfego aéreo no Atlântico Médio, que rivalize com outras plataformas atuais existentes no Mundo, como Nova Iorque, Londres, Frankfurt, Amsterdão, Roma, Dubai e Singapura, conferindo a Cabo Verde uma centralidade que tem todas as razões do mundo para ser, com incomensuráveis vantagens económicas e sociais (neste caso, pela geração de um número incalculável de empregos qualificados e, por isso, bem remunerados, tanto pelas companhias aéreas como pelo próprio aeroporto, incluindo a sua zona franca comercial), outros objetivos decorrentes são igualmente de relevante importância, nomeadamente:

A transformação de Cabo Verde numa base para a realização de conferências internacionais, com significativos efeitos económicos, políticos e de visibilidade internacional.

O incremento do turismo de alta qualidade.

A viabilização de um conjunto de indústrias ligeiras que utilizam a via aérea como meio principal de transporte.

O estabelecimento local de uma autêntica base de prestação de serviços internacionais.

O reforço, a uma escala inimaginável e com novos

fundamentos, da cooperação no domínio económico e político.

O estabelecimento de, pelo menos, uma companhia de manutenção de aeronaves, vocacionada, inclusivamente, para a manutenção das cerca de 120 aeronaves que diariamente sobrevoam a FIR Atlântica do Sal.

E, extremamente importante, uma sólida cooperação nos domínios da segurança interna e da segurança externa, nomeadamente contra todo o tipo de agressões, das quais o terrorismo é apenas um vetor.

Todos esses objetivos convergem para a escolha de um modelo de privatização que seja orientado para viabilizar o projeto plataforma aérea, reforçar laços políticos, culturais e económicos históricos e, portanto, estruturais, evitar a compra por empresas de países concorrentes (que engavetarão o projeto, mesmo que para isso tiverem que pagar avultados valores) e trazer estabilidade para Cabo Verde, com destaque para a segurança interna e externa. Todos esses requisitos devem constar do Decreto-Lei de Privatização e dos seus anexos, designadamente o caderno de encargos.

5 Cabo Verde não deve entregar o seu ouro ao primeiro que aparecer

O país, as suas instituições e autoridades, em particular o Governo, o Presidente da República e o Parlamento, assim como a Sociedade Civil, têm uma consciência aguda da importância e oportunidade do projeto para o presente e para o futuro do país. Tal facto exige muito profissionalismo e transparência da parte dos que conduzem este dossier.

A transparência, em particular, começa na aprovação prévia do Decreto-Lei da privatização dessas duas unidades, na ampla publicitação interna e externa da intenção do Governo, na concessão de prazos aceitáveis para que os interessados preparem as suas ofertas, na intervenção das instituições com poderes para tal (Presidente da República, Governo, Parlamento e Procuradoria-geral da República) e na ampla publicitação interna de todos os passos importantes dados, particularmente quanto às razões que motivaram uma determinada escolha.

Independentemente das ofertas que espontaneamente possam surgir, o país certamente elegerá um conjunto de companhias aéreas e de operadores aeroportuários considerados, à partida, parceiros estratégicos potenciais, assim como os respetivos países, tendo em conta que se pretende, com a operação, reforçar a cooperação nos domínios já explicitados. As matrizes recíprocas de interesse devem ser convergentes, harmónicas e complementares. Este trabalho deve ser prévio à aprovação do Decreto-Lei de privatização e deve ser feito de forma transparente, com a informação aberta às instituições e aos cidadãos. **Porquê? Porque este é um caso paradigmático em como a defesa do interesse geral, a otimização de resultados e o respeito pelo princípio da transparência obrigam à escolha do concurso limitado como o melhor caminho.**

Nota: os quadros apresentados foram gentilmente oferecidos pela ASA

A Análise

Debate sobre o Estado da Nação, 2014



Por Rosário da Luz

A subordinação do serviço público ao interesse corporativo tem caracterizado de forma transversal a política Cabo-verdiana. Posto isto, os cidadãos não se terão surpreendido quando no debate de passada quinta-feira ficou estabelecido, *mais uma vez*, que nenhum dos sujeitos parlamentares tem como prioridade o exercício do seu mandato constitucional. Por ocasião do **Estado da Nação**, esse mandato consistiria numa caracterização útil e fiel da realidade socioeconómica no momento presente, para informação e proveito dos seus constituintes. Previsivelmente, ficou demonstrado ao longo do debate que a preocupação dominante para o Governo, para a Maioria e para a Oposição é com o **Estado das suas Candidaturas**; e com as perspectivas das suas corporações de ganhar as próximas legislativas.

Se o objeto do debate não foi, *para nenhuma das partes*, discutir o Estado da Nação, seria um erro brutal *da nossa parte* assimilar as intervenções dos atores como perspectivas honestas – ainda que ideologicamente díspares – sobre a realidade Cabo-verdiana. O evento que teve lugar na Plenária da Assembleia Nacional no passado dia 31 foi um *comício*, no qual os sujeitos parlamentares despiram-se dos seus mandatos de *representação* para se lançar abertamente numa campanha de interesse partidário. Sendo assim, é enquanto *comício eleitoral* que deveremos analisar as dinâmicas políticas e narrativas que o marcaram.

O Estado do Governo. O Primeiro-ministro deu início à discussão com um relato detalhado do Estado da Nação em 2001. José Maria Neves exortou os Cabo-verdianos a recordar o país disfuncional que lhe foi legado há treze anos atrás;

exortou-nos a recordar o descalabro que terá resultado dos dois mandatos do MpD e que aparentemente ainda não pode ser saneado pela sua governação; exortou-nos a relembrar o exuberante desempenho económico do seu Governo **antes** da tragédia global instalada pela crise; e louvou a gestão visionária que este mesmo Governo fez da conjuntura, visão sem a qual o país estaria realmente *“bloqueado e à beira da catástrofe”*.

Até aqui, parece que estamos perante uma reedição do EN2013. Mas a realidade é que a conjuntura degradou: o status quo económico e social agravou-se e o facto já se tornou evidente para a população; consequentemente, exige do Governo um maior esforço de justificação. É nesse sentido que vemos surgir novas temáticas narrativas, tais como a *“encruzilhada em que se encontra o país”*. O Governo confessa que existem, de facto, *“desafios ainda por resolver”*: *“os homens e as mulheres destas ilhas sabem que nestes poucos anos já demos passos de gigante, apesar das enormes dificuldades decorrentes das vulnerabilidades e constrangimentos diversos e de um contexto internacional altamente desfavorável... poderíamos ter conseguido mais? Certamente que sim, se tudo dependesse de nós”*. Ou seja, apesar da admissão de *“novos desafios”*, a justificação das dificuldades do país não passa de uma campanha que continua centrada na infalibilidade do Governo: a sua contenção é que nenhuma outro governo poderia ter feito melhor porque isso simplesmente não é possível.

Também vemos surgir métodos inventivos de qualificação desses *“novos desafios que nos confrontam”*. Segundo o Primeiro-ministro, os *“desafios”* como a baixa qualidade da educação e o desemprego qualificado resultam paradoxalmente da boa governação; são a consequência direta do sucesso deste Governo, que construiu cinquenta liceus, instituiu o ensino superior no país e democratizou a sociedade em tempo recorde. Porém, não nos foram explicitadas as decisões que levaram o Governo a construir liceus sem formar professores, a instituir o ensino universitário sem qualidade ou regulação e a democratizar a sociedade pela via do mais baixo denominador comum. Mas foi-nos comuni-

cada a necessidade absoluta de continuar a confiar na visão do PAICV para ultrapassar estas dificuldades, independentemente da *“aparente”* estagnação e da *“percepção”* de insegurança dos cidadãos.

É difícil explicar que esta estratégia de dissimulação continue a arregimentar a opinião pública a favor da Maioria; infelizmente, isso torna-se possível apenas pela baixa expectativa que os eleitores Cabo-verdianos têm sobre a visão económica dos seus governantes. A história Cabo-verdiana foi pontuada muito excepcionalmente por períodos fugazes de prosperidade – sempre encarados como anomalias pela memória coletiva. Durante cinco séculos a nossa normalidade consistiu em formas cíclicas entremeadas de estagnação e o único alívio conhecido foi o assistencialismo.

O resultado hoje é que não há crescimento, não há emprego, mas os governos nunca são verdadeiramente julgados pelo seu desempenho no domínio da economia real – porque os eleitores simplesmente não têm as referências culturais necessárias para o fazer. A concepção Cabo-verdiana do exercício do poder é eminentemente paternalista: entre nós, o agente do poder não é aquele que faz, é aquele que dá. Os líderes não são julgados pela sua criatividade; são julgados pela sua capacidade de garantir subsistência ao povo e mobilidade às suas clientelas. E neste domínio, o poder incumbente detém uma vantagem forte, simplesmente porque dispõe dos recursos do Estado.

Ainda assim, por imperativo de imagem, a linha discursiva do Governo continua a privilegiar a inovação económica, apontando a Agenda de Transformação como via para transfigurar Cabo Verde em centro internacional de prestação de serviços. Mas é só olhar para a hierarquia dos assentos do Governo na Sala de Sessões da AN para perceber os verdadeiros contornos da filosofia económica do PAICV. Todos os responsáveis pelos sectores estratégicos da economia – a Ministra do Emprego, o Ministro do Turismo, a Ministra da Agricultura, a Ministra da Educação, o Ministro do Ensino Superior e o Ministro da Cultura, cada um com o seu cluster – estavam sentados na mesa dos governantes juniores, *segundo a sua colocação na orgânica do*

Governo; não tiveram acesso a microfone para o menor esclarecimento, e muito menos para intervenção. A determinação da orgânica do Governo é da competência exclusiva do Conselho de Ministros; aparentemente foi este órgão, liderado por José Maria Neves, que decidiu a desautorização relativa dos responsáveis por *todos* os sectores estratégicos da economia real. À exceção das Infraestruturas, claro está; Sara Lopes estava sentada na mesa dos seniores.

O Estado da Maioria. O papel da bancada da Maioria neste debate foi estritamente o suporte. Felisberto Vieira – que também é candidato à presidência do partido – centrou as suas intervenções no elogio da governação e da visão conjunta da Situação, sem empreender qualquer tentativa de se destacar a título pessoal. É até estranho que o líder da bancada não tenha utilizado melhor a oportunidade para trabalhar a sua candidatura; mas limitou-se a cerrar fileiras em torno do Executivo, ainda que com uma retórica arcaica e totalmente inadequada. Num mundo onde toda a comunicação política esforça-se por eliminar a distância simbólica entre o representante e o eleitor – e num país onde o eleitorado jovem vai decidir as próximas eleições – a opção por um estilo discursivo tão fatigado parece ser contraproducente.

O Estado da Oposição. *“Quando o MPD for Governo em 2016,”* professou o líder da bancada, aparentemente seguro da vitória do seu partido *“o emprego será a prioridade das prioridades”*. Tal como o PAICV em 2001, 2006 e outra vez em 2011, o MPD tornará o emprego – mormente o emprego jovem – na *“bússola orientadora”* da sua governação. Tal como o PAICV ao longo de treze anos, o MPD pretende apostar no conhecimento, lutar contra a corrupção, promover o mérito, sanear o ambiente de negócios e efetuar uma reforma estrutural do Estado.

No seu discurso de abertura, Fernando Elísio Freire passou rápida e genericamente pelos temas que deveriam constituir o cerne da sua comunicação: a estagnação, o desemprego, a falência das empresas, a degradação do ensino e a insegurança. Ou seja, o *Estado da Nação* foi sumariamente despachado pelo

líder parlamentar, para que se pudesse cumprir o objetivo primordial da comunicação da Minoria: ilustrar o Estado utópico no qual que se transformará a nação Cabo-verdiana **quando** o MPD for Governo em 2016. No final, a sua bancada pareceu satisfeita com a estratégia. Não tinha, contudo, quaisquer razões para o ficar.

O que a bancada do MPD cometeu foi um abuso do seu mandato parlamentar – que é fiscalizar o Executivo e não anunciar-se como o futuro Governo de Cabo Verde antes de qualquer sufrágio eleitoral. Mas para além da questão ética, o anúncio da vitória nas eleições de 2016 *em Julho de 2014* acarreta riscos políticos consideráveis. O MpD ainda se encontra numa posição eleitoral vulnerável: é a Minoria que já perdeu três vezes. Uma Minoria que já perdeu três vezes não goza de muita credibilidade quando anuncia vitórias vindouras. O anúncio do MpD foi um convite à Situação e à opinião pública para expor o partido e os seus líderes ao ridículo.

A Maioria tem por hábito provocar a Oposição, acusando-a de nunca apresentar propostas construtivas e de assumir uma postura destrutiva; isto numa tentativa de esvaziar a sua função de **fiscalização**. Contudo, deveria ser evidente para o MpD que é essa a sua função primordial, e não a apresentação de programas de Governo de forma inapropriada; e que a sua bancada deverá continuar a cumprir esta função, sem trair o seu mandato e independentemente das acusações da Maioria.

No que respeita ao **Estado da Oposição**, falta ainda referir a UCID. A única questão real que se apresenta sobre a sua participação no debate é a justificação da *existência* deste partido. Qual será? Não atribuo a inutilidade da bancada da UCID linearmente à sua exiguidade numérica; muito pelo contrário, sou entusiasticamente a favor de minorias dinâmicas, capazes de crescer e eventualmente quebrar a bipolaridade neurótica em que se sedimentou a política Cabo-verdiana. Um terceiro bloco parlamentar – uma terceira força, minoritária mas numericamente suficiente para dar fim às maiorias absolutas em Cabo Verde – talvez produzisse muitas soluções. Mas essa força não será, certamente, a UCID.



Dê mais valor
aos seus produtos e bens
transportando-os Seguros!



IMPAP

A SUA **SEGURADORA,**
DE **CONFIANÇA.**

**SEGURO DE
TRANSPORTE
DE MERCADORIAS**

Garanta os prejuízos materiais causados às mercadorias, decorrente do seu transporte, seja ele por via marítima, aérea ou terrestre, fazendo um Seguro de Transporte de Mercadorias.

Linha Verde
800 2000
Ligue
Grátis

www.impar.cv

Professor Marcílio de Miranda Neto, Universidade de Maringá, Brasil

Cada cidadão tem que ser um fiscal

O professor Miranda Neto participou no primeiro seminário sobre a cidadania fiscal realizado na Praia na semana passada. À margem desse encontro conversamos com o catedrático sobre vários aspectos ligados à cidadania fiscal, entre eles a importância do controlo do cidadão sobre os gastos públicos, os super salários pagos em determinados sectores do Estado e o “elevado” número de deputados nacionais e vereadores pagos pelo erário público.

Entrevistado por **António Monteiro**

Expresso das Ilhas – Primeira pergunta: o que tem a ver a cidadania fiscal consigo?

Miranda Neto – Eu diria que a cidadania fiscal tem a ver com todos. Eu gostaria que mais e mais pessoas viessem descobrir nas acções do programa [nacional de cidadania fiscal] o que é que a cidadania fiscal tem a ver com elas. Na verdade, quando a gente fala de cidadania fiscal, nós estamos a falar de um exercício pleno da cidadania, tanto do ponto de vista dos seus direitos, quanto dos seus deveres. E estamos a falar de um cidadão activo, crítico, participativo que fiscaliza a si mesmo para não agredir o ambiente, para não destruir a coisa pública, para não usar de forma errada os recursos públicos. E estamos falando de um cidadão que também fiscaliza o outro, para que o outro não cause danos ambientais, para que o outro não faça uso errado da coisa pública, de um cidadão que zela em especial pelo dinheiro público que, na verdade, vem dos contributos que todos pagam. Então, nós queremos que as pessoas simples deste país saibam que são pagadores de impostos e como tal são financiadores de tudo aquilo que é público. A pessoa tem o direito e o dever de pagar impostos, mas isso dá-lhe também o direito e o dever de colaborar activamente na decisão de como esse dinheiro será aplicado nos serviços e bens públicos. E dá também à pessoa o direito e o dever de acompanhar a aplicação dos recursos públicos para que esse dinheiro seja aplicado da melhor maneira possível sem superfaturamento e sem desvios para que se estabeleça

uma confiança mútua entre o cidadão que paga e o governo que administra.

Que recomendações saíram do seminário?

A principal recomendação que saiu deste seminário é: ‘participe na vida pública do seu país. Ajude o seu país a ser bem gerido; não se omite, venha. Você é parte integrante desta nação e você é a base da sustentação de tudo que é público. Portanto, tome isto nas suas mãos, tome consciência disso. Sinta-se realmente um cidadão cabo-verdiano e como tal faça por que ele possa crescer e possa desenvolver’. Saiu também a compreensão de que o Estado pode sim, em alguns momentos, assistir o cidadão. Mas se ele assiste, não assiste com um dinheiro mágico; ele assiste com o dinheiro que outro cidadão pagou de imposto. Daí que este Estado tem que desenvolver políticas para que o cidadão seja autónomo. Como eu disse à ministra das Finanças, que teve a coragem de convidar uma pessoa como eu que não tem muitas travas na língua, ‘a partir do momento que o cidadão aumenta a consciência, ele cobra mais do sector público’. Ela me disse, ‘quero que cobre, eu quero ver o cidadão cabo-verdiano entendendo que o Estado é dele, tomando a sua

cidadania na mão e ajudando o país a crescer da melhor maneira possível e com menor nível de dependência do que acontece lá fora no mundo’.

Ganhou nestes dias a percepção de que em Cabo Verde a lógica é inversa? Ou seja, o Estado faz que dá ao cidadão ao que na verdade é dele.

O que eu percebi nestes dias é que falta um envolvimento maior do cidadão com a vida pública. Parece assim: vocês fizeram uma opção pela democracia representativa. Ou seja, eu voto num vereador, num deputado, num primeiro-ministro e literalmente eu abandono essas pessoas em quem votei. A palavra que mais me acorre é abandono. Porque quando você vota num vereador, num presidente da câmara, num primeiro-ministro e você não acompanha a vida pública dessa pessoa, você abandona. Aparentemente é bom, porque ele vai fazer o que bem entender. Mas que garantia nós temos que ele está cumprindo as promessas que ele fez? Então é preciso que você guarde o seu programa eleitoral e vai paulatinamente acompanhando a pessoa que você elegeu e cobrando que ele cumpra o que prometeu. Mais do que isto: o primeiro-ministro, o presidente da câmara estão no seu gabinete e não têm como saber se o material de construção que foi



comprado para reabilitar uma escola chegou, de facto, à escola; e se chegou na sua totalidade, ou se chegou só a metade do que consta na factura. Mas o pai do aluno tem condição de saber se o material que foi utilizado na reabilitação da escola foi roubado por alguém. Então, cada cidadão tem que ser um fiscal. Portanto, tem que haver liberdade, responsabilidade e tem que haver governabilidade. Um bom governo só é bom se as pessoas que compõem essa nação o acompanharem. Nós entendemos assim no Brasil que tem que haver governabilidade. A partir do momento em que uma pessoa assume o poder, todos têm a obrigação de fiscalizar e de colaborar. Precisamos de oposições inteligentes e precisamos de população participante; não precisamos de populações omissas e de oposições burras. Essa é a verdade. E é assim que uma nação avança.

Como é que se leva as pessoas a participarem mais na vida pública?

A verdade é que as pessoas querem, mas só não sabem como participar na vida pública. Então vamos ensinar. Eu fui convidado pelo ministério

das Finanças. Mas chegando a Cabo Verde eu constatei que é necessário uma grande mudança cultural e que o ministério das Finanças sozinho não vai conseguir fazer. É preciso envolver outros ministérios e é necessário envolver a sociedade civil. Por isso não trouxe um programa pronto; trouxe apenas um conceito para ser trabalhado e um programa para ser construído pelos cidadãos cabo-verdianos. A primeira medida tomada pelo ministério das Finanças foi convidar num primeiro momento o ministério da Cultura, o ministério da Educação e o ministério do Ensino Superior para fazer parte desse processo de educação da população para viver a democracia de forma participativa e activa. Isso já é um grande avanço que alguns outros países não conseguiram. O ministério das Finanças já tem a palavra de quatro ministérios que vão participar nesse processo que está também aberto à participação de todos os outros ministérios. Eu fui investido do direito e do dever, enquanto convidado internacional, de fazer contactos com quem eu quisesse. Então eu convidei um condutor de autocarro para participar no programa, eu fui

“A pessoa tem o direito e o dever de pagar impostos, mas isso dá-lhe também o direito e o dever de colaborar activamente na decisão de como esse dinheiro será aplicado nos serviços e bens públicos”.

de si próprio e do governo

até à Plataforma das ONGs e convidei o dr. Dionísio Pereira, fui à Comissão Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania e convidei a dra. Zelinda Cohen, convidei os rotarianos da Praia que estão empolgados e querem que em Setembro eu fale com outros rotarianos. Portanto, o cabo-verdiano está recebendo bem a ideia de ser um fiscal de si mesmo e dos governos; e de entender o seu papel enquanto cidadão participante e de colaborar realmente para que o país tenha autonomia financeira e zelar para que os seus recursos naturais, os seus recursos culturais e os seus recursos financeiros sejam utilizados da forma mais adequada possível.

Que aberrações constatou aqui em Cabo Verde nessa de lidar com os recursos financeiros públicos?

Eu não diria que constatei aberrações. Ouvi notícia de uma funcionária pública do ministério [das Finanças] que roubava dinheiro do contribuinte – porque em última instância o dinheiro era do contribuinte – e que foi punida. A parte que achei assim interessante é que em Cabo Verde há o que se chama notícia oficial e aquilo que a gente ouve. Então algumas pessoas disseram que aquilo deveria ter sido resolvido de outra maneira, que não deveriam ter exposto assim essa cidadã. Não, digo eu, ela não tinha que ser poupada. No momento em que ela se pôs a roubar dinheiro público num país com uma natureza tão dura, com muitas pessoas à procura de um emprego de 12 mil escudos por mês e vem alguém e rouba milhões e tem que ser poupado? Não tem. Ela não teve pena das pessoas que contribuíram para o orçamento público. Então não há porque ter pena dela. E é preciso que seja usada como exemplo que há punição para esses casos. Porque, como ela, podem existir outros fazendo neste momento algo parecido. E não é fácil pegá-los. Achei estranho que as pessoas tivessem tido pena, porque é um corrupto que foi pego. Isso é estranho. A gente tem que ter pena da nossa nação que é roubada pelo corrupto.

Há pessoas no Estado que ganham salários exorbi-

tantes enquanto ainda a maioria da população nem o salário mínimo aufere. Não é uma injustiça fiscal?

No Brasil nós tivemos um movimento chamado ‘Super salários não’. Se você procurar no Google vai encontrar o movimento ‘Super salários não’, onde a própria sociedade fez uma análise dos salários e das responsabilidades e se posicionou. No meu município nós temos doze vereadores para quinhentos mil habitantes. Mas pelas leis brasileiras poderiam ser 18 pelo número de habitantes. Quando eles tentaram aumentar, nós, enquanto população, dissemos ‘não, doze é suficiente’. Propusemos que reduzissem para dez, porque os projectos que eles apresentavam não eram de qualidade. Na época eles ganhavam perto de cinco mil reais por mês [cerca de 180 contos]. Como não podiam duplicar o número de vereadores e como a câmara tinha um orçamento de três milhões de reais por ano, eles então resolveram que iam duplicar os salários dos vereadores. Então nós saímos à rua; unimos a igreja católica, o conselho dos pastores, os advogados, as donas de casa e todo o mundo e dissemos ‘super salários, não’. Assim impedimos a subida dos salários a níveis que seriam vergonhosos, porque a média salarial da minha cidade [Maringá] é de 1030 reais por

mês [cerca de 36 contos] que é até uma média alta a nível nacional. E eles queriam ganhar 12 mil reais por mês, sendo que eles trabalham apenas oito horas por semana como vereadores e o resto dedicam às suas empresas ou aos seus escritórios. Uma professora do ensino básico para se dedicar a uma classe de alunos ganha mil reais por mês. Agora veja bem:

aqui? A vocês mesmos, ou ao povo? E esse argumento foi suficientemente forte para que os seus salários fossem mantidos.

Em Cabo Verde 72 deputados da nação representam o povo cabo-verdiano. Que leitura faz desse número?

Vamos pensar em termos de representatividade por números de habitantes. Maringá tem

dos para 500 mil habitantes é muito representante para o número de habitantes que vocês têm. Eu não penso meter-me nisso porque sou estrangeiro, mas é muito. Além disso vocês têm vereadores em todos os municípios. É muita gente no legislativo. A minha cidade com 500 mil habitantes dificilmente consegue eleger um deputado para o nível estadual, nem para o nível federal. É preciso unir-se com as cidades vizinhas para se ter um milhão de habitantes e eleger um deputado. Você está falando de 72 para 500 mil habitantes. Me desculpem os deputados, mas é muita gente. Se você não é deputado tem alguma coisa errada com você. Aqui toda a gente tinha a chance de ser deputado, porque as oportunidades são grandes – são muitos cargos de deputado. É antipático o que estou dizendo, mas vocês têm um legislativo grande. São 72 deputados mais uma média de quatro vereadores profissionalizados por 22 câmaras municipais. Quer dizer que vocês estão com um mínimo de 162 legisladores para 500 mil pessoas. Vejamos a minha cidade. Temos 500 mil habitantes, doze legisladores a nível municipal e com sorte um a nível estadual e um a nível federal. Então temos 16 legisladores para 500 mil pessoas. São contas simples para vocês fazerem, porque o cidadão paga.

“Quando você vota num vereador, num presidente da câmara, num primeiro-ministro e você não acompanha a vida pública dessa pessoa, você abandona”.

uma professora trabalhando de segunda a sexta-feira vale um dozeavo do que vale um vereador trabalhando oito horas por semana e propondo projectos para mudar nome de rua? Então dissemos ‘não’ e eles não puderam aumentar. E quando eles insistiram, nós perguntamos ‘a quem vocês representam

500 mil, Cabo Verde tem 500 mil. O prefeito [presidente da câmara] de Maringá tem que governar uma cidade de 500 mil habitantes que corresponde à responsabilidade do vosso primeiro-ministro. Os nossos doze vereadores criam as leis municipais para 500 mil pessoas. Eu diria que 72 deputa-

“Precisamos de oposições inteligentes e precisamos de população participante; não precisamos de populações omissas e de oposições burras. Essa é a verdade”.



Professor Marcilio de Miranda Neto (ao centro) na sua intervenção no seminário

ENTREVISTA Carlos Burgo

“A perspectiva para os próximos

De saída da direcção do Banco de Cabo Verde, cargo que ocupou nos últimos dez anos, Carlos Burgo, numa entrevista exclusiva ao Expresso das Ilhas, fala sobre a evolução da economia do país na última década. Para o governador do BCV, um dos problemas centrais é que Cabo Verde passou por um período de crescimento acima do seu potencial, o que fez com que o governo não avançasse com as reformas necessárias porque se acreditou que esta subida iria continuar. Agora, avisa o economista, é preciso acelerar as medidas que se impõem, até porque, sublinha, as previsões para a economia nacional não são as mais animadoras.

Entrevistado por Jorge Montezinho

Expresso das Ilhas — Que balanço podemos fazer desta década à frente do Banco de Cabo Verde?

Carlos Burgo — Não vou cair na tentação de querer fazer um balanço, porque acho que este deve ser feito por outrem, pelos agentes económicos, pela opinião pública, pelos responsáveis das instituições financeiras, pelos trabalhadores e gestores do banco e pelo governo. No entanto, aproveito para referir que nos últimos dez anos empenhámo-nos profundamente na afirmação como Banco Central e autoridade de supervisão e com autonomia reforçada. Naturalmente, para essa afirmação tivemos de criar competências e fortalecer-nos institucionalmente. Penso que os resultados são visíveis, houve uma evolução progressiva na disponibilização de dados e na qualidade das análises, tanto no que diz respeito à área financeira como na economia e nas finanças públicas. Penso que com isso saiu reforçada a credibilidade do BCV enquanto pilar da estabilidade macroeconómica e financeira do país.

A actuação do Banco Central muitas vezes não foi

ao encontro do discurso do governo, com o BCV quase que a pôr algum realismo na narrativa do poder. Como foi esta relação?

Creio que foi uma relação normal, tendo em conta o contexto de afirmação de um novo quadro institucional. Creio que esse papel atribuído e assumido pelo BCV é importante para a gestão económica. Ao banco central cabe avaliar com objectividade e independência. Acho que é bom e enriquecedor para a gestão económica a perspectiva do BCV e acredito que os agentes económicos e a opinião pública, de uma maneira geral, reconhecem esse papel. E a nível técnico há muita colaboração. Podia haver mais, mas, a disponibilidade do Ministério das Finanças em termos de tempo não é igual à nossa. De resto, temos muito respeito pelo trabalho que se faz no Ministério das Finanças, pela ministra, mas, os técnicos estão em condições menos boas do que aquelas que temos aqui e se em várias ocasiões nos pronunciámos sobre aspectos que julgámos importantes da economia e das finanças públicas foi com a melhor das intenções. Houve momentos em que nos



pronunciámos sobre a sustentabilidade da dívida pública e sobre a qualidade dos investimentos públicos e hoje essas são preocupações partilhadas por todos. Os investimentos públicos são necessários, mas, têm de contribuir para o crescimento económico e têm de ser realizados no quadro da

dito] também acredito que o fizemos com razão. Por outro lado, neste momento em que não há acesso dos privados ao financiamento encorajamos o governo a endividar-se junto do sector bancário com vista a investir na diminuição dos riscos da economia, na capacitação do sector privado, para

to a um aspecto crítico e tem a ver com as projecções. Nós temos de fazer projecções para a nossa programação monetária, principalmente a projecção do PIB. Nalguns momentos, as projecções não foram coincidentes, mas eu creio que a evolução posterior veio a dar razão ao BCV – que a economia não estava a crescer. Temos um problema muito sério com a disponibilização das contas nacionais, mas o BCV esteve mais próximo da realidade.

“Os investimentos públicos são necessários, mas, têm de contribuir para o crescimento económico e têm de ser realizados no quadro da sustentabilidade da dívida pública”

sustentabilidade da dívida pública. Se nos pronunciámos sobre o endividamento interno e a necessidade de evitar o crowding-out e afastamento dos privados do acesso ao crédito

que este ganhe acesso ao financiamento bancário. Creio que os pruridos surgiram, e foram mais aparentes do que reais, quicá ampliados pela comunicação social, no que diz respeito

O próprio FMI tem-se queixado disso, que há uma dificuldade enorme em ter acesso aos dados. É um problema que deve ser resolvido rapidamente?

Para a gestão económica precisamos de informações sobre as contas nacionais com regularidade e com maior celeridade. Não só contas anuais, mas precisamos de criar condições – e estamos na disponibilidade

tempos não é muito optimista”

de apoiar o INE – para termos contas trimestrais.

Foi difícil equilibrar essa relação em que o BCV alertava sucessivamente para o excesso de despesismo do governo, enquanto o governo continuava a procurar crédito?

O BCV nunca falou em política orçamental despesista e, em abono da verdade, deve-se dizer também que o sobreaquecimento da economia, que houve a certa altura, não se deveu a despesas públicas. O Estado só começou com um aumento significativo de despesas no período em que essa intervenção já era necessária, quando se registou o colapso do investimento privado, seguido pela estagnação do crédito. Aí justificou-se a intervenção do Estado e ainda se justifica tendo em conta o ritmo fraco de crescimento. É pena o Estado não ter mais margem de actuação por causa do limite de sustentabilidade da dívida.

Qual é o grande problema que este limite traz?

A economia está com fraco crescimento. Do lado positivo, temos a estabilidade macroeconómica, temos contas externas equilibradas, o rácio reservas/importações está próximo dos cinco meses, mas, infelizmente, não é porque aumentámos as nossas vendas e estamos a atrair mais investimento, é sim porque a economia se ajustou a um contexto desfavorável e estamos a importar muito menos, isso reflecte a fraca dinâmica da economia que nos últimos anos tem crescido muito pouco e, infelizmente, a perspectiva para os próximos tempos não é muito optimista o que nos desafia a uma actuação ao nível das políticas macroeconómicas, uma actuação muito forte com vista ao alargamento do potencial de crescimento da economia.

E onde se deverá actuar?

Caímos nesta situação porque estivemos a crescer acima do potencial durante algum tempo, principalmente a partir de 2005 até 2008. Quando a economia cresce acima do potencial, o ajustamento posterior é inevitável. Acreditamos estar, neste período, a enfrentar esse ajustamento cujo impacto ne-

gativo deve ser aliviado. Uma via adoptada pelo Estado, e correcta, foi através de uma intervenção anti-cíclica por via dos investimentos públicos. O que se pode discutir é a qualidade dos investimentos que foram feitos: uns com retorno mais elevado e outros com retorno duvidoso. Mas, a orientação foi adequada. Mesmo com esta actuação a economia não está a crescer e o Estado não pode continuar com esse ritmo de endividamento, porque o endividamento globalmente já ultrapassou os 100 por cento do PIB e estamos no limite da sustentabilidade. A grande questão é como vamos relançar o financiamento da economia pela via do investimento directo estrangeiro, incluindo o investimento do emigrante, e o relançamento do crédito.

E como é que se pode fazer isso?

No que diz respeito ao crédito, o problema está mais na procura do que na oferta. Temos é de trabalhar os factores que têm a ver com a procura de crédito. E ao nível do investimento directo estrangeiro, temos de rever o quadro de atracção, incluindo a competitividade fiscal, e os incentivos que podemos oferecer para atrair investimento directo estrangeiro quando as condições de financiamento melhorarem a nível global, sobretudo ao nível da Europa.

Falou há pouco de crescimento acima do potencial. Qual é o problema?

Um aspecto negativo do crescimento acima do potencial registado durante alguns anos – e a mesma coisa se registou no final dos anos 90: aí sim o crescimento acima do potencial foi provocado em grande parte pela política orçamental, desta vez o crescimento não foi provocado, deveu-se a uma procura externa acelerada no turismo, e uma procura não sustentável na imobiliária turística e houve uma rápida expansão do crédito, estes são os factores que contribuíram para esse crescimento acima do potencial – é que começámos a acreditar num potencial elevado de crescimento e podemos ter descurado a gestão da competitividade e podemos ter descurado o ritmo de reali-

zação de algumas reformas das instituições, ou da reforma da legislação laboral, e podemos mesmo ter descurado a adequação do sistema de ensino às necessidades da economia.

A própria máquina do Estado não se terá adaptado? Essa é, pelo menos, uma das queixas mais ouvidas: o excesso da burocracia.

Certamente. O crescimento económico não depende apenas da acumulação de factores de capital, tecnologia, trabalho,

conhecimento, depende também da alocação de recursos, da qualidade das instituições – e incluo o funcionamento dos serviços da administração pública, da justiça, registo e notariado e a própria regulação económica.

Já referimos igualmente a questão das reservas cambiais, e houve sempre um grande esforço por parte do BCV para manter estas reservas no nível exigido, mas, a sensação que tenho

“Nós temos de fazer projecções para a nossa programação monetária, principalmente a projecção do PIB. Nalguns momentos, as projecções não foram coincidentes, mas eu creio que a evolução posterior veio a dar razão ao BCV – que a economia não estava a crescer”



é que a própria sociedade civil não percebe esta necessidade. Haverá uma maneira fácil de explicar o que está aqui em causa?

Partindo do princípio que para o crescimento económico a estabilidade é muito importante, com base na análise das características do país adoptámos uma âncora para a nossa moeda que é o euro, com o qual temos uma paridade fixa. Se hoje temos uma baixa inflação é porque temos essa âncora, porque importamos a credibilidade do euro. Se há uma confiança muito forte na moeda cabo-verdiana é porque se acredita na sua estabilidade e no seu câmbio fixo. Mas o BCV só pode garantir essa paridade fixa tendo reservas – quem quiser fazer pagamentos lá fora em euros ou em dólares vai ao seu banco e este vem comprar ao BCV e temos de ter essas reservas aqui, suficientes. Toda a gente tem de acreditar que quando precisar o BCV tem divisas disponíveis para venda. É por isso que a nossa gestão é orientada para garantir reservas que garantam essa credibilidade do peg.

O problema é que muitas vezes, para manter essas reservas, o BCV teve de arrefecer a economia.

Isso é porque neste regime não temos liberdade ao nível da política monetária. Normalmente, quando se tem essa âncora a uma moeda adopta-se a política monetária da zona de ancoragem. Nós só temos margem para uma política anti-cíclica, para em períodos difíceis como este incentivar a expansão do crédito e o crescimento da economia, se nos tempos bons constituirmos reservas. É por isso que não temos liberdade em termos de política monetária, aceitámos prescindir dessa liberdade para termos os benefícios referidos, porque globalmente fazemos um balanço muito positivo deste regime cambial. Não teríamos este volume de depósitos de emigrantes se não fosse esta paridade fixa. Esse regime permitiu também atrair investimento directo estrangeiro, porque temos uma moeda estável, alinhada com a inflação da zona euro.

Neste momento, o BCV voltou a baixar a taxa directora, exactamente para facilitar o acesso ao crédito, mas, há economistas que dizem que só isso não chega, que se devia mexer também na percentagem de reservas de caixa. Porque razão o BCV não foi mais além?

Se o problema está na procura, como falámos há pouco, não vamos resolver o problema da procura aumentando a oferta. Porque os bancos já têm excesso de liquidez, difícil é financiar empresas já sobre-endividadas e com projectos de viabilidade duvidosa. É preciso que haja uma reorientação para projectos viáveis, é preciso que se resolva o problema do sobre-endividamento das empresas para que possam ser financiadas pelos bancos. O sector em que é possível ter mais financiamento junto aos bancos é o das pequenas e médias empresas, se for implementado um mecanismo de partilha de risco – como o CV Garante, ou o fundo de garantia – e o Estado assumir parte dos riscos. Assim, os bancos poderão assumir os riscos restantes e assegurar o financiamento. Acreditamos que dessa forma se pode conseguir resultados, mas tem de actuar-se do lado da procura, os bancos estão à espera de projectos viáveis e com níveis de risco aceitáveis para concederem crédito. Portanto, não se justifica num contexto de excesso de liquidez o BCV libertar ainda mais liquidez. Baixámos as taxas para dar um sinal que os bancos devem ajustar as actividades, procurando oferecer crédito.

Nesse caso, porque se queixam os privados?

O problema deve ser colocado no acesso ao financiamento, não necessariamente crédito. Porque os bancos estão no limite da sua capacidade de intermediar os recursos que têm. Os bancos não podem assumir riscos excessivos porque do outro lado têm os depósitos que nós queremos que estejam seguros. Para que haja financiamento de projectos, temos de recorrer a outras vias, a inovação financeira pode ser uma solução neste momento. É assim que pensamos que novos veículos de investimento – fundos de investimento – podem financiar instalações industriais, espaços para utilização



“O crescimento económico não depende apenas da acumulação de factores de capital, tecnologia, trabalho, conhecimento, depende também da alocação de recursos, da qualidade das instituições”

de jovens empreendedores, mesmo hotéis que serviriam para garantir o continuo do crescimento do afluxo de turistas ao país. Se os bancos, neste momento, não têm capacidade de intermediar toda a poupança que têm de emigrantes, devemos tentar reorientar essa

poupança para novos instrumentos financeiros e os fundos de investimento imobiliário, nomeadamente, podiam ser uma solução. O financiamento não tem de ser necessariamente dívida. As empresas já estão sobre-endividadas e, em muitas situações, em incum-

“As empresas já estão sobre-endividadas e, em muitas situações, em incumprimento. É difícil apresentar a dívida como solução quando já há excesso de dívida. O financiamento pode ser pela via do capital, e as nossas empresas normalmente têm capital muito exíguo, os projectos novos e viáveis devem procurar investidores para entrar no capital”

primento. É difícil apresentar a dívida como solução quando já há excesso de dívida. O financiamento pode ser pela via do capital, e as nossas empresas normalmente têm capital muito exíguo, os projectos novos e viáveis devem procurar investidores para entrar no capital, deve haver um equilíbrio entre o capital e a dívida.

E deve haver também um esforço maior das empresas em encontrar essas alternativas?

Financiamento, como disse, não é só dívida. As nossas empresas fariam bem se apostassem num nível mais elevado de capitalização para melhor fazerem face aos riscos do negócio.

Já falámos da dívida interna do governo, e esse foi um dos alertas sucessivos também do BCV, mas, recentemente o senhor Primeiro-Ministro esteve reunido com os bancos. Isto quer dizer que os privados ficarão com as portas mais fechadas?

Como referi há pouco, nós vemos as coisas actualmente de outra forma, estamos num contexto em que o privado não tem acesso ao crédito e em que os próprios bancos, depois de terem sido excessivamente optimistas, estão agora conservadores em relação ao risco. Neste momento, justifica-se que o Estado se endivide para fazer bons investimentos com vista à melhoria das condições de actuação do sector privado. O único limite que tem é a sustentabilidade e o problema é que já está no limiar da sustentabilidade.

De qualquer maneira, de ano para ano repetem-se os avisos sobre as vulnerabilidades de Cabo Verde – pequenez do mercado, etc. – como de poderá amenizar este quadro?

Há algumas que são características do país. A dependência em relação ao exterior para as trocas comerciais é intrínseca a Cabo Verde, por exemplo, deve-se é fazer uma gestão que permita mitigar essas vulnerabilidades diversificando a economia. A nível de gestão deve-se criar resiliência, porque o risco resulta da vulnerabilidade, mas se o país constrói resiliência o risco é mitigado. Deve haver a nível das políticas económicas uma actuação para aumentar esta resiliência, ou seja, cuidar da estabilidade

macroeconómica, melhorar a eficiência dos mercados, garantir a estabilidade política, promover o desenvolvimento social. Com isso, temos maior resiliência, enfrentamos melhor os choques e temos um risco mitigado.

A capacidade de Cabo Verde competir, dizem vários estudos, reside na eficiência e na inovação, mas, pouco se tem visto dentro destas duas áreas. O país está a desperdiçar tempo que é fundamental?

Creio que no contexto actual já teríamos ganhos significativos cuidando da eficiência do mercado de trabalho e adequando o perfil dos recursos humanos às necessidades da economia, com isso já teríamos ganhos em termos de produtividade, de competitividade e utilizaríamos os nossos principais recursos. Estamos numa situação que é até de contra senso: dizemos que o nosso principal recurso é o recurso humano, mas temos um nível de não utilização e de subutilização dos recursos humanos. Se pudéssemos ultrapassar esses constrangimentos atrairíamos os outros factores que nos faltam: poupança, capital, tecnologia, cresceríamos muito mais depressa e teríamos um nível de bem-estar muito mais elevado. Mas, o contra senso é que dizemos que o desemprego é um problema estrutural, mas não temos políticas estruturais para ultrapassar a situação. Estamos atrasados na reorientação do sistema de ensino e estamos atrasados na modernização da legislação laboral. E isso são factores de ineficiência. Outro contra senso é dizermos que o desemprego é o nosso principal problema e ao nível da para-fiscalidade oneramos a folha de salários com 23 por cento. Portanto, também aqui temos de adoptar políticas que favoreçam a criação de emprego. A verdade é que estamos à espera do crescimento para resolvermos o problema do desemprego, mas pode ser que para termos crescimento temos de ter recursos humanos com perfil adequado e com um mercado mais eficiente.

Há anos que essas soluções estão a ser procuradas.

Mas o contexto agora é outro. Como disse há pouco a perspectiva não é muito rosa para o crescimento. Por isso, somos obrigados a fazer as reformas necessárias e a acelerar as reformas que já estão a ser feitas.

Que riscos corre o país se essas reformas não acontecerem rapidamente?

O risco é termos um baixo potencial de crescimento, potencial que está já a baixar. Senão corremos o risco de termos um crescimento muito anémico.

De qualquer forma, no índice global de competitividade ou no ambiente de negócios Cabo Verde continua a ocupar lugares muito baixos, que provavelmente assustam os investidores externos.

Esses índices não são perfeitos. Constituem indicadores para os investidores mas estes vão muito mais a fundo na avaliação de oportunidades de investimento. E não devemos cair no erro de fazer alterações cosméticas apenas para melhorar esses índices. Devemos é fazer trabalho de fundo, ver onde precisamos de melhorar para que sejamos mais competitivos na atracção de investimento directo estrangeiro em função das oportunidades que temos, fazer as reformas necessárias e garantir os incentivos necessários para atracção do investimento. Volto ao investimento dos emigrantes: acho que é tempo de revisitarmos o contexto de atracção desse investimento, mas também não podemos ignorar que o sector tradicional de investimento dos emigrantes está saturado. Temos de dar-lhes alternativas e inovar em termos de instrumentos financeiros. Os emigrantes vinham investindo directamente no sector dos transportes, da hotelaria, do comércio, da restauração, mesmo no sector imobiliário, e agora talvez tenhamos de orientar melhor esse investimento. Os emigrantes poderiam ganhar mais comprando participações em fundos que depois financiam a construção de unidades de qualidade que depois podem ser exploradas pelos nossos filhos que estudam turismo no Brasil, nas Canárias e mesmo aqui, com uma qualidade de serviços maior. Infelizmente, as políticas por vezes vão no sentido errado. Um dos sectores tradicionais de investimento é o da imobiliária, que já estava saturado e que agora passa a ser mais complicado com o programa de habitação social de iniciativa pública. Isso mostra aquilo que não deve ser feito. Se o nosso objectivo é ter melhores condições para atrair o investimento do emigrante, não podemos ter políticas que vão no sentido contrário.

Que análise faz às políticas de privatização do governo?

Eu sei que a diminuição do risco para as finanças públicas é o motivo apontado pelas instituições internacionais para a privatização das empresas públicas. Mas, não deve ser o único factor e não devemos privatizar por razões ideológicas. Devemos privatizar onde o risco pode ser transferido para o sector privado e onde o sector privado pode assumi-lo e ser uma solução mais eficiente do que o Estado. Infelizmente, tivemos duas experiências que não resultaram: quisemos privatizar o transporte marítimo e a energia e a água e as coisas não funcionaram e isso deve servir-nos de lição quando pensamos agora na TACV e na ENAPOR, essencialmente. Claro que já devíamos ter privatizado as operações portuárias, mas em relação à TACV temos de ter em conta a sua importância para a economia. O que quero dizer é que considerando as características da nossa economia e que a nação cabo-verdiana está espalhada pelo mundo, o facto de os nossos emigrantes poderem viajar com a TACV aproximou-os de Cabo Verde e resultou em investimentos. Ou seja, não podemos ter consultores a olharem apenas para os prejuízos, o que interessa é ter uma gestão profissional e eficiente na TACV. Se pudermos obter isso através da privatização, muito bem, mas não podemos fazer uma privatização que não veja a TACV como uma companhia que presta serviços importantes para a economia.

Se o público não deve ocupar o lugar onde os privados podem ser mais eficientes, também é verdade que os privados pedem mais poder de decisão.

E critério de decisão deve ser a capacidade do privado de assumir o risco e de assumir uma solução mais eficiente, no fundo, a atitude deve ser pragmática. Se o Estado tiver a atitude de não entrar onde não é necessário já dá uma grande contribuição para o sector privado.

De qualquer maneira, se a economia não crescer, o país pode ter de enfrentar situações muito complicadas.

Essa é a questão. Temos, em primeiro lugar, de ter uma gestão mais cautelosa a nível das finanças públicas, a nível do próprio sistema financeiri-

“Neste momento, justifica-se que o Estado se endivide para fazer bons investimentos com vista à melhoria das condições de actuação do sector privado. O único limite que tem é a sustentabilidade e o problema é que já está no limiar da sustentabilidade”

ro, porque o crescimento pode não ser tão de acordo com as expectativas que temos, mas, ao mesmo tempo, não devemos ficar de braços cruzados e sim actuar para fazer expandir o potencial de crescimento da economia. Acredito que

é o crescimento que melhora o nível o nível de bem-estar e é o crescimento que garante a sustentabilidade das finanças públicas. Temos de ter em conta um aspecto importante: o facto do Estado ser o responsável, em última instância e pe-

“Um dos sectores tradicionais de investimento é o da imobiliária, que já estava saturado e que agora passa a ser mais complicado com o programa de habitação social de iniciativa pública. Isso mostra aquilo que não deve ser feito”

rante a sociedade, pelo crescimento da economia. O Estado tem de ter uma margem nas finanças públicas para, caso se materializem os riscos no sistema financeiro ou os choques na economia, assumir as suas responsabilidades de promoção de desenvolvimento, assim como deve ter a possibilidade de exercer a sua responsabilidade ao nível social: educação, saúde, protecção dos mais desfavorecidos. É o crescimento que é a resolução do problema, mas ao mesmo tempo devemos evitar um optimismo excessivo em relação ao potencial de crescimento da economia.

Essa capacidade de intervir ainda não existe?

Nós estamos, esperemos, na fase final de uma crise que dura há anos. O Estado já vem intervindo para proteger a economia, para manter a dinâmica da actividade económica e para prevenir os choques junto dos mais desfavorecidos. Neste momento, a margem é mais pequena e é por isso mesmo que temos de dar toda atenção à expansão do potencial de crescimento da economia. Não podemos ser condescendentes durante mais tempo.



ZAP

É OUTRO MUNDO



Destques ZAP

De 09 a 15 de Agosto
2014

INFANTIL



DESTAQUES



ARMARIO DA CLARA
DIA 09 DE AGOSTO ÀS 09:00



DOCINHO DE MORANGO 3D
DIA 12 DE AGOSTO ÀS 08:00



BAIRRO DA PANDA
DIA 15 DE AGOSTO ÀS 17:30

DESPORTO



DESTAQUES



FOOTBALL LIGUE 1 - TEAMS TBC
DIA 9 DE AGOSTO ÀS 18:55

RUGBY - WARRIORS V SHARKS
DIA 10 DE AGOSTO ÀS 17:30

FOOTBALL - TEAMS TBC
DIA 13 DE AGOSTO ÀS 19:15

FOOTBALL - ANDERLECHT V CHARLEROI
DIA 14 DE AGOSTO ÀS 18:15

INFORMAÇÃO E ENTRETENIMENTO



DESTAQUES



LES LIMIERS
DIA 12 DE AGOSTO ÀS 22:23



EN VOYAGE !
DIA 14 DE AGOSTO ÀS 23:33



Destques ZAP

De 09 a 15 de Agosto
2014

FILMES E SERIES



DESTAQUES



COMO UM TROVÃO
DIA 09 DE AGOSTO ÀS 19:30



RIDDICK - A ASCENSÃO
DIA 10 DE AGOSTO ÀS 19:30



DIANA
DIA 15 DE AGOSTO ÀS 19:30



DESTAQUES

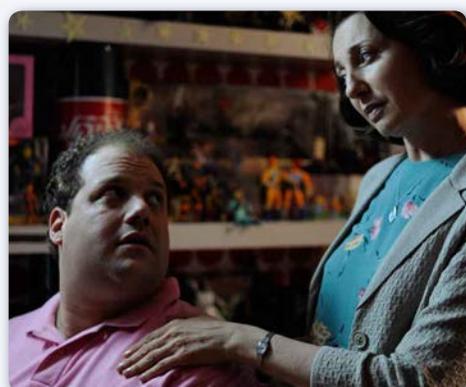


NINFOMANIACA - PARTE I
DIA 09 DE AGOSTO ÀS 20:00

NINFOMANIACA - PARTE II
DIA 09 DE AGOSTO ÀS 22:00



HISTÓRIAS QUE CONTAMOS
DIA 10 DE AGOSTO ÀS 18:10



DARK HORSE - DIÁRIOS DE UM FALHADO
DIA 11 DE AGOSTO ÀS 20:00



DESTAQUES



PRINCESA CISNE: UM CONTO DA FAMÍLIA REAL (VO)
DIA 09 DE AGOSTO ÀS 12:00



LIGA DA JUSTIÇA: O PARADOXO DO TEMPO (VO)
DIA 10 DE AGOSTO ÀS 11:55



A DEUSA
DIA 13 DE AGOSTO ÀS 20:30



NO MUNDO DOS HOMENS
DIA 14 DE AGOSTO ÀS 20:30



DESTAQUES



ANJOS E DEMÓNIOS
DIA 09 DE AGOSTO ÀS 15:15



OS DEMENTES
DIA 11 DE AGOSTO ÀS 21:00



MOON - O OUTRO LADO DA LUA
DIA 12 DE AGOSTO ÀS 19:20



ERAGON
DIA 15 DE AGOSTO ÀS 21:00

Ainda sem cura, Ébola é o surto mais mortal de sempre

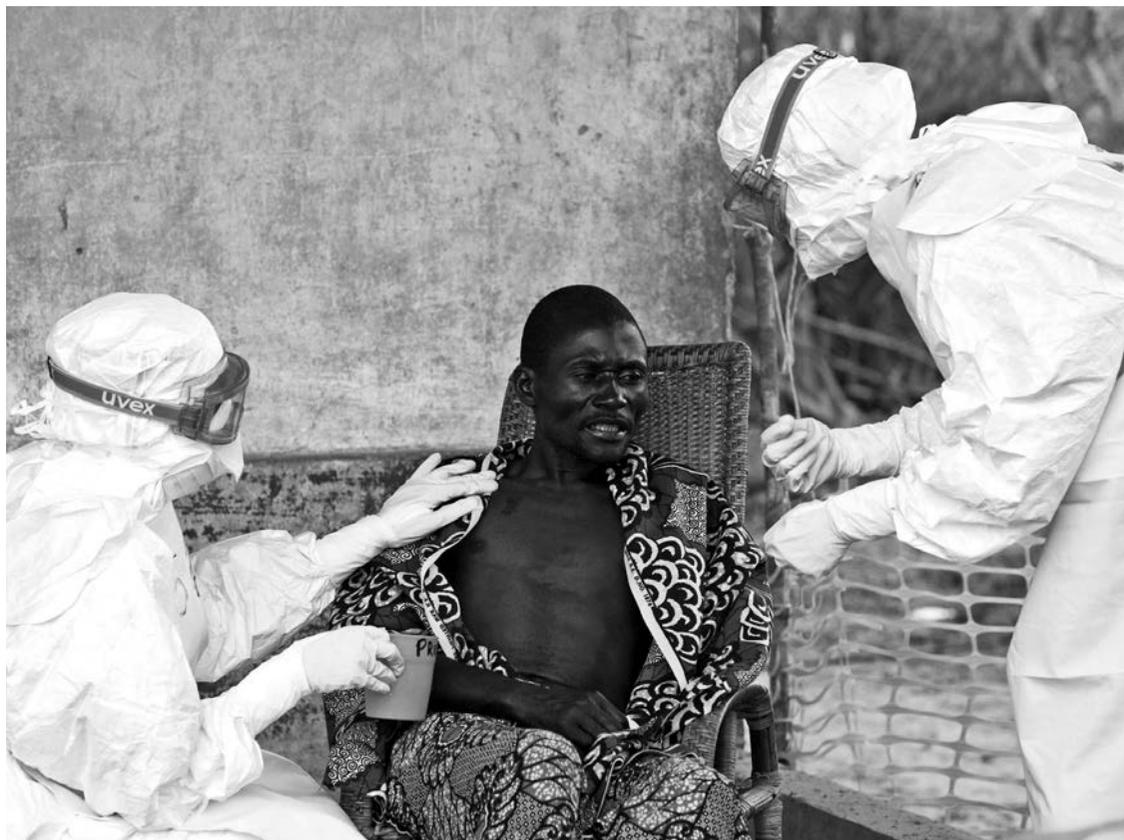
O surto do Ébola que tem atingido Serra Leoa, Guiné-Conacri e Libéria continua sem controlo e já se espalhou para a Nigéria onde já foram detectados quatro casos da doença. Entretanto, uma empresa farmacêutica norte-americana está a testar um medicamento experimental que pode vir a ser o passo decisivo na descoberta de uma cura para a doença.

Os primeiros sintomas do vírus do Ébola foram detectados em Fevereiro deste ano na Guiné-Conacri, onde cerca de 90 pessoas morreram espalhando-se depois para países vizinhos, como a Serra Leoa, Libéria, Mali. Mais recentemente o vírus foi detectado na Nigéria onde já estão contabilizadas quatro mortes. Ao todo a epidemia da febre hemorrágica provocada pelo vírus do Ébola na África Ocidental já contabiliza mais de 1.600 casos e mais de 800 mortes, 47 das quais em apenas quatro dias.

O vírus do Ébola foi identificado pela primeira vez em 1976 no Zaire, actual República Democrática do Congo e no Sudão e desde então tem causado vários surtos no continente africano. É uma doença contagiosa, sem cura nem vacina conhecidas até ao momento, com uma taxa de mortalidade entre os 50 e os 90%.

O que é o vírus do Ébola?

A febre hemorrágica Ébola é uma doença humana provocada pelo vírus do Ébola. Os seus sintomas não são muitos específicos, o que dificulta o seu diagnóstico mas, é frequentemente caracterizada pelo início repentino da febre, fraqueza, dores musculares, dores de cabeça, dores no peito, inflamação na garganta, hemorragias internas e externas. Os macacos, morcegos e porcos-espinhos são transmissores do vírus. O contacto com animais mortos e o facto de estes estarem muitas vezes incluídos na alimentação das populações destes países poderá estar na origem do aparecimento da epidemia. Esse vírus é transmitido para seres humanos que tiveram o contacto com sangue, fluidos corporais de animais infectados. Também a transmissão de uma pessoa para a outra deve-se ao contacto directo com o sangue, os fluidos corporais de pessoas infectadas, o contacto de objectos



contaminados como agulhas, roupas, lençóis.

Ainda sem vacina?

Ainda não existe um medicamento específico ou uma vacina para a cura ou a prevenção da ébola mas, neste momento os doentes estão a ser isolados e hidratados, mantendo a manutenção dos níveis de oxigênio e pressão sanguínea estáveis.

No entanto, dois missionários norte-americanos terão sido salvos de uma infecção grave pelo vírus do Ébola com um “tratamento miraculoso”. Esta “arma secreta” nunca tinha sido aplicada em seres humanos, mas a FDA terá aberto uma excepção ao abrigo de uma norma que autoriza a utilização de medicamentos não testados.

Este “elixir miraculoso” explica-se da seguinte forma: o sistema imunitário de cobaias expostas a um vírus desenvolve anticorpos específicos contra ele. Os glóbulos brancos que os produzem (linfócitos) são isolados em laboratório e multiplicados por processos de cultura celular. Neste caso, foram

separadas três linhas celulares (clones ou “famílias” de células) que produziram anticorpos específicos muito eficazes contra o Ébola. Estes anticorpos, reunidos numa solução, serão a base deste “super medicamento”. A novidade anunciada pela Mapp Biopharmaceutical Inc. é a capacidade de produzir estes anticorpos em plantas de tabaco, o que acelera substancialmente o processo de produção (as culturas celulares são “lentas”, por comparação).

Outro aspecto notável na notícia foi a urgência da aplicação (porque não foi sujeito aos testes de segurança obrigatórios) e a recuperação “miraculosa” dos missionários. As doses deste medicamento (ZMapp) foram enviadas para a Libéria, na esperança de restaurar as condições mínimas de saúde dos missionários para permitir o seu transporte para os Estados Unidos da América. O extraordinário foi que, em particular no caso de Kent Brantly, a recuperação surpreendeu todos. O médico esteve em risco de vida, mas no dia seguinte à administração do ZMapp conse-

guiu andar pelo próprio pé e até tomar banho. A recuperação de Nancy Writebol não foi tão espectacular, mas foi a suficiente para permitir o seu transporte para os EUA. Os riscos existem e, como é a primeira vez que se utiliza esta solução em humanos, ainda há muito que pode correr mal. Mas os primeiros resultados são muito animadores.

Perante a ausência de tratamento ou cura da infecção pelo Ébola, pela sua elevadíssima taxa de mortalidade e pelo receio da expansão mundial da epidemia, aumenta a pressão para o desenvolvimento de um tratamento ou medicação preventiva eficaz. Esta droga surpreendeu pela sua existência e por se revelar tão eficaz. Resta saber quanto tempo vai demorar a constituir-se um tratamento de rotina capaz de travar a epidemia e salvar a vida aos milhares de pessoas já infectadas na África subsariana.

Ainda sem controlo

Este é o maior surto de sempre do Ébola, mas os especia-

listas afirmam que o vírus não se propaga pelo ar, mas através do contacto com pessoas ou animais infectados que percorrem outros pontos levando assim à propagação da doença. O Ébola está fora de controlo na zona Oeste da África e há riscos de a doença espalhar para mais países, uma vez que a ébola não tem precedentes e chegou à Nigéria, o país mais populoso de África com 170 milhões de habitantes.

Numa entrevista ao jornal português Público, Daniel Bausch, da Universidade de Tulane nos Estados Unidos da América afirmou que “o surto não está sob controlo neste momento. Para o controlar, precisamos de aumentar a escala da nossa resposta, tanto em termos de recursos humanos como financeiros, porque estes países são dos mais pobres do mundo. Essa realidade tem vindo a ser reconhecida nas últimas semanas e espero que vejamos um aumento da resposta internacional contra o surto nas próximas semanas. Mas mesmo assim, vai demorar quatro a cinco meses até o surto acabar”.

Cabo Verde sem casos de Ébola

Apesar de Cabo Verde não registar nenhum caso do vírus do Ébola, o país já tem em acção um conjunto de medidas para impedir a entrada do vírus no país, fazendo um controlo apertado nos portos e aeroportos, com a distribuição de desdobráveis que contêm informações sobre o Ébola.

A prevenção deste vírus, altamente contagioso, exige a mudanças de comportamentos das pessoas ao evitarem o sangue e os fluidos corporais infectados, incluindo a dos mortos, o que implica um rápido diagnóstico, na fase inicial, e usar medidas de precaução para todos os pacientes. Em caso de pessoas que viajaram de alguns dos países que estão em estado de alerta, deverão, assim que chegar ao aeroporto informar às autoridades competentes afim de, estes últimos tomarem as medidas adequadas para conter a propagação do vírus do Ébola. **IE**

Israel e Palestina aceitam cessar-fogo de 72 horas

Dois mil mortos, três mil casas destruídas. Este é o balanço de 29 dias de combates na Faixa de Gaza. Entretanto, apoiados pelo Egípto, israelitas e palestinos assinaram um acordo de cessar-fogo para as próximas 72 horas e vão sentar-se à mesa de negociações.

Israel e Palestina chegaram a um acordo de cessar-fogo de 72 horas numa negociação liderada pelo Egípto. Apesar de várias tentativas de tréguas falhadas entre estes dois países, desta vez o armistício de três dias proposto pelo Egípto para a Faixa de Gaza foi aceite por Israel e partidos palestinos, incluindo o Hamas. Ao longo dos 29 dias que duraram os combates morreram quase 2000 pessoas.

Peter Lerner, porta-voz do exército de Israel, explicou que o exército do seu país vai retirar completamente as suas tropas de Faixa de Gaza a partir da entrada em vigor do cessar-fogo. E acrescentou que os militares vão assumir as posições defensivas em volta da faixa de Gaza após a entrada em vigor do acordo de paz. “As forças de defesa de Israel serão redistribuídas em posições defensivas fora da Faixa de Gaza. Vamos manter essas posições defensivas.”

Esse é o segundo cessar-fogo na região declarado pelo Egípto, mesmo antes do ataque do exército israelita por terra. O Egípto também convidou estes dois países, Israel e Palestina, a comparecerem numa negociação de alto grau no Cairo com o objectivo de obter um acordo de longo prazo de ambas as partes, para encerrar a guerra que já deixou quase 2 mil mortos. Com esta reunião, o Egípto tem a esperança de garantir um cessar-fogo permanente que restabeleça a estabilidade na região.

Por sua vez o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon enalteceu a trégua de 72 horas acatada por Israel e pelo movimento radical islâmico Hamas, e pediu às duas partes que iniciem negociações para acabar com o conflito. Em comunicado Ban Ki-moon pediu o início, o mais cedo possível, das negociações no Cairo para se alcançar uma trégua durável e que permita tratar dos problemas que estão na origem do conflito. “As Nações Unidas estão prontas para dar o seu pleno apoio a estes esforços”, destacou o secretário-geral.

Um grupo de palestinos, incluindo enviados do Hamas, já estão na capital egípcia onde

encontraram o chefe de inteligência do país, para apresentar as suas principais exigências para pôr fim à violência, que já deslocou mais de um quarto dos 1,8 milhões de habitantes de Gaza e destruiu 3 mil residências.

Israel começou a desacelerar a sua defensiva, dizendo que o exército alcançou o principal objectivo da operação terrestre, que foi a destruição dos túneis usados pelos militantes radicais islâmicos para se infiltrar em seu território.

A origem do conflito

A violência, que começou em Junho, entre Israel e Hamas na Faixa de Gaza é o terceiro conflito deste tipo desde que o grupo islâmico passou a controlar a região de Gaza em 2007.

Desta vez o impulso para o conflito foi o sequestro e o assassinato de três adolescentes israelitas, que desapareceram a 12 de Junho e só foram encontradas no dia 30 do mesmo mês com marcas de tiros. Israel, entretanto, acusou o Hamas de ser o responsável pelas mortes e, considerou que a organização islâmica é um grupo terrorista que não aceita desarmar.

Um dia após a localização dos corpos dos jovens israelitas, um adolescente palestino foi encontrado morto em Jerusalém Oriental, tendo a sua autópsia indicado que ele foi queimado vivo. Israel prendeu seis judeus, e três deles confessaram o crime, o que reforçou a tese de crime com motivação

política, gerando assim a revolta e protestos em Gaza.

Desde então, Israel respondeu aos foguetes disparados por activistas palestinos da Faixa de Gaza em direcção ao país. No dia 8 de julho, após intenso bombardeio contra o sul de Israel, o Estado Judeu passou para os ataques aéreos contra Gaza.

A justificação

Para além do assassinato dos adolescentes, Israel justifica seus ataques como resposta aos sucessivos foguetes disparados pelo Hamas em direcção à Israel. O Estado israelita afirma ainda que o grupo islâmico esconde militantes e armas em residências da Faixa de Gaza, e que por isso precisa atacá-las também, mesmo significando a morte de civis. É essa a atitude que tem refletido de forma negativa na opinião pública internacional e interna. O primeiro ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, afirmou ainda que com ou sem o cessar-fogo na região, o seu exército irá completar a “missão” de destruir os túneis que os militantes palestinos construíram sob a fronteira com o Estado judeu.

Do lado palestino, para além da morte do adolescente e as prisões de integrantes do Hamas, está também a insatisfação da população de Gaza, sob controlo na região por parte de Israel. Por causa deste bloqueio, os moradores dependem do Estado judeu para ter acesso à água, electricidade, meios de comunicação e dinheiro.



//Revista da SEMANA

Quarta | 30.07

Espanha: O presidente da Catalunha, Artur Mas, reafirmou que está “decidido” a organizar um referendo sobre a autodeterminação da região no dia 9 de Novembro.

Quinta | 31.07

Iraque: O ISIS, recentemente rebaptizado Estado Islâmico (EI) conseguiu expulsar quase todos os cristãos de Mossul, a segunda maior cidade do Iraque, que conquistou em Junho. Há dias, ordenou o uso do véu islâmico integral: “Qualquer mulher que não esteja comprometida com este dever e se guie pelo *glamour* terá de prestar contas e arrisca um castigo severo para proteger a sociedade e protegê-las da libertinagem”, diz o EI num comunicado citado pela Reuters em Bagdad.

Sexta | 01.08

Taiwan - Explosão de conduta de gás mata 25 pessoas em Taiwan. Algumas ruas da cidade de Kaoshiung desapareceram e, no seu lugar, ficaram grandes crateras. Fuga de gás na origem do desastre.

China - É a mais vasta operação anti-corrupção da China e vai acontecer na cidade de Xangai, a capital financeira do país. Os analistas dizem que tem dois objectivos: limpar a imagem do Partido Comunista e reforçar o poder do Presidente Xi Jinping, que aproveita para também afastar opositores.

Sábado | 02.08

EUA - A batalha entre o Partido Republicano e o Presidente dos EUA pode conhecer um novo e importante desenvolvimento, depois de Barack Obama ter dado a entender que vai resolver o impasse sobre o programa de deportação de imigrantes sem a aprovação do Congresso.

Domingo | 03.08

EUA - Um médico norte-americano que foi infectado com o vírus do ébola na Libéria chegou aos Estados Unidos para ser tratado no centro especializado do Hospital da Universidade de Emory, em Atlanta. Kent Brantly, 33 anos, estava na Libéria desde Junho, mas em meados de Julho foi colocado em isolamento depois de ele próprio ter suspeitado de que tinha sido infectado com o vírus.

Uganda - O Tribunal Constitucional do Uganda revogou uma lei que tornou a homossexualidade um crime punível com longas penas de prisão, e cuja promulgação foi condenada por vários doadores internacionais.

Segunda | 04.08

Libano - Dois oficiais estão entre os 16 militares libaneses que morreram em violentos combates contra grupos de homens armados numa localidade junto à fronteira com a Síria. Fonte militar disse à AFP que do lado dos atacantes se registaram dezenas de baixas entre sábado e esta segunda-feira.

Terça | 05.08

Ucrânia - Os combates entre as forças do Exército nacional ucraniano e os rebeldes separatistas pró-russos intensificaram-se esta terça-feira na região Leste do país, fazendo antecipar uma nova vaga de refugiados. A insurreição separatista, que dura há mais de quatro meses, já levou cerca de 730 mil pessoas a abandonar a Ucrânia

Reino Unido - Os líderes dos três principais partidos britânicos assinaram uma declaração em que prometem mais autonomia à Escócia se a independência for rejeitada no referendo de 18 de Setembro.

OPINIÃO



Mahmoud Mohieldin



Dilip Ratha

Títulos de dívida da diáspora

Os objectivos da agenda de desenvolvimento pós-2015 não podem ser atingidos sem programas fortes e financiamento adequado. A ajuda pública ao desenvolvimento equivale a cerca de 130 mil milhões de dólares por ano; apesar de o investimento directo estrangeiro e os afluxos de carteira poderem ajudar as economias pobres, deve-se encontrar fontes adicionais de financiamento do desenvolvimento.

Um recurso sub-aproveitado é o financiamento da diáspora - isto é, as remessas e as economias ganhas por cidadãos que trabalham no exterior e enviadas para casa - para a família e amigos. O desafio é canalizar este rendimento de forma eficaz.

Existem mais de 230 milhões de migrantes internacionais em todo o mundo, o que é mais do que a população do quinto país mais populoso do mundo, o Brasil. Os estimados 2,6 biliões de dólares que eles ganham anualmente excedem o PIB do Reino Unido, a sexta maior economia do mundo. Grande parte deste rendimento é sujeito a impostos ou gasto nos países de acolhimento. Mas, assumindo uma taxa de poupança de 20% (próximo da média dos países em desenvolvimento), isto implica uma poupança total anual da diáspora de mais de 500 mil milhões de dólares.

Em 2013, os migrantes oriundos de países em desenvolvimento enviaram para casa cerca de 404 mil milhões de dólares (excluindo os vastos fluxos não registados que chegam através de canais informais). A Índia recebeu 70 mil milhões de dólares, mais do que o valor das suas exportações de serviços de tecnologia da informação. As remessas para o Egipto foram superiores aos ganhos do país a partir do Canal de Suez. E os ganhos dos

expatriados representaram mais de um terço do rendimento nacional do Tajiquistão.

Estes afluxos tendem a ser maiores nas economias pobres e pequenas, e muitas vezes fornecem o principal meio de subsistência nos países frágeis ou afectados por conflitos. As remessas são também as primeiras a chegar em tempos de dificuldades económicas e no rescaldo de desastres naturais. Elas tendem a ser mais estáveis do que os fluxos de capital privado, com redução de apenas 5% durante a recente crise financeira global e recuperando rapidamente para os níveis pré-crise.

Assim que o dinheiro regressa à terra natal de um expatriado, ele é colocado em bom uso. As remessas têm reduzido a pobreza em Bangladesh, Gana e Nepal. As crianças de famílias beneficiárias em El Salvador têm uma taxa de abandono escolar mais baixa; no Sri Lanka têm mais acesso a professores particulares. O dinheiro financia os cuidados de saúde, a habitação e as empresas. Os mutuários de micro-financiamento até conseguem usar os recibos das remessas como prova de histórico de crédito.

No entanto, apesar do evidente valor que as remessas têm no apoio das metas de desenvolvimento, é preciso lembrar que elas são fundos privados e não devem ser consideradas um substituto da ajuda oficial. As tentativas dos governos de reservar as remessas para usos específicos “produtivos” falharam, especialmente em países com ambientes fracos de investimento. Da mesma forma, lançar impostos sobre as remessas pode prejudicar os pobres de forma desproporcional e conduzir os fluxos de dinheiro clandestino. Por outro lado, melhorar o clima de investimento é susceptível de

aumentar a percentagem de remessas investidas em empresas.

Na verdade, reduzir os encargos elevados das transferências de dinheiro - uma média actual de mais de 8% a nível mundial - tem mostrado facilitar as remessas e aumentar as poupanças dos migrantes. O G-20 está agora a trabalhar no sentido de reduzir estes custos para 5% em cinco anos; uma meta mais agressiva de 1% em 2030 poderia - e deveria - ser definida.

A tecnologia bancária móvel pode ajudar. Assim como uma maior concorrência no mercado, a qual já reduziu as taxas nos principais corredores de remessas, como os que ligam os Emirados Árabes Unidos à Índia e às Filipinas, e os Estados Unidos da América ao México. Alguns bancos e empresas já oferecem serviços de envio de remessas de dinheiro a custo zero para atraírem clientes. Os governos também podem tornar menos rígidas e severas as transacções de pequenas remessas. As parcerias exclusivas entre os Correios nacionais e as empre-

sas de transferência de dinheiro também deviam ser abolidas.

Outra forma de dar melhor uso às poupanças da diáspora seria a criação de novos instrumentos financeiros “diáspora”. Uma garantia de baixa denominação (de, digamos, mil dólares), sujeita a uma taxa de juro de 3-4%, pode ser atraente para os trabalhadores migrantes, que actualmente revelam um mínimo interesse pelos depósitos mantidos nos bancos dos países anfitriões. Um título de dívida a cinco anos da diáspora teria uma taxa de juro mais baixa do que um título soberano vendido a investidores institucionais estrangeiros, uma vez que a percepção de risco dos investidores da diáspora nos seus países de origem é susceptível de ser mais baixa. Os títulos também seriam mais estáveis do que os depósitos em moeda estrangeira dos não residentes em países em desenvolvimento, e registar os títulos com as autoridades competentes nos principais países de acolhimento iria torná-los razoavelmente seguros.

Mas os títulos da diáspora não serão um instrumento de desenvolvimento exequível a menos que estejam ligados a projectos de desenvolvimento em lugares onde haja confiança suficiente no governo. Os títulos devem estar disponíveis a todos os investidores, não apenas aos migrantes que fazem poupanças, e ser distribuídos amplamente, não mantidos nos livros de alguns bancos de investimento. Dessa forma, grandes somas poderiam ser mobilizadas para o desenvolvimento com taxas de juro estáveis e baixas, sem diminuir o incentivo dos trabalhadores migrantes para realizarem as suas poupanças.

Project Syndicate

Mahmoud Mohieldin é Secretário Corporativo e enviado especial do Presidente do Banco Mundial.

Dilip Ratha é o chefe da Migração e Remessas do Banco Mundial e Global Knowledge Partnership sobre Migração e Desenvolvimento. IE



Escola de Hotelaria e Turismo prepara quadros para o Resort Dunas Beach na ilha do Sal

A presidente da Escola e Hotelaria e Turismo de Cabo Verde (EHTCV) anunciou, esta terça-feira, na Praia, a realização para breve de três cursos de especialização de recursos humanos que serão absorvidos pelo Resort Dunas Beach, na ilha do Sal.

De acordo com Nádía Firmino, os cursos irão decorrer de Agosto a Setembro na Cidade da Praia e na ilha do Sal e contarão com um universo de 250 candidatos que já possuem formações em diversas áreas de hotelaria e que nos próximos dois meses farão uma especialização de modo a estarem aptos a preencher os 700 postos de trabalho que o Resort Dunas Beach vai disponibilizar.

Segundo Nádía Firmino, no âmbito desta parceria cuja formação será financiada pelo fundo para a sustentabilidade do turismo, serão ministrados três cursos de especialização, com 100 vagas disponibilizadas para as áreas de cozinha / pastelaria, 75 para restaurante e 75 para bar/cafetaria.

“O objectivo é disponibilizar, nesta primeira fase, 250 jovens desempregados formados para



integrar as vagas existentes no Resort Dunas Beach em 6 categorias de cozinha, 14 bares e 6 restaurantes”, disse a PCA da EHTCV explicando que os alunos com aproveitamento adequado no curso terão aces-

so imediato ao emprego nos postos de trabalho previstos na ilha do Sal.

Nádía Firmino afaça que com este projecto a EHTCV cumpre a sua função de servir o sector do turismo e o tecido

empresarial, capacitando e desenvolvendo competências técnicas, tecnológicas e humano-comportamentais essenciais para a melhoria da prestação de serviço no sector, bem como as condições de empregabilidade

de e de promoção da inserção laboral.

Os candidatos a esta formação especializada devem ter 8º ano de escolaridade, idade máxima de 35 anos, munidos de formação em hotelaria ou com experiência na área.

A presidente da Escola de Hotelaria e Turismo indicou, por outro lado, tratar-se de uma primeira experiência que poderá ser seguida com outras empresas no sector a instalar no país.

No que se refere à descentralização das acções da escola, Nádía Firmino revelou que em parceria com a Câmara de Turismo vão iniciar em Setembro, na ilha do Sal, um curso de gestão de operações hoteleiras, dirigido a pessoas do sector, visando criar chefias intermédias para as unidades hoteleiras.

Neste momento, sublinha, a EHTCV está a negociar também com São Vicente e Boa Vista acções de formação do género. ■

Fonte: Inforpress

Anúncios



DIRECÇÃO GERAL DO PLANEAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Unidade de Gestão das Aquisições

FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS

O **Ministério da Educação e Desporto**, através da Direcção Geral de Planeamento Orçamento e Gestão, sito no Palácio do Governo, Cidade da Praia, por este anúncio faz saber que, no quadro do Programa Mundu Novu, se encontra aberto o concurso público para a aquisição de equipamentos informáticos para as escolas dos Ensinos Básico e Secundário, compostos pelo seguinte:

Descrição	Quantidade
Kits Tecnológicos, composto por um <i>Portátil</i> , um <i>Videoprojector</i> para sala de aula, uma <i>Tela de projecção</i> e um par de <i>Colunas de Som</i>	100
Computadores Desktop	54
Laptop (Portáteis)	11
Projectores Quadros Interactivos	1
Quadros Interactivos	4

As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentados até às 17H00 do dia 25 de Agosto de 2014.

O acto público de abertura das propostas terá lugar na sala de Reuniões do MED pelas 10H00 do dia 26 de Agosto de 2014.

Os interessados podem solicitar esclarecimentos durante o primeiro terço do prazo fixado para apresentação da proposta de fornecimento para o seguinte endereço: Direcção Nacional de Educação (DNE) do Ministério da Educação e Desporto, Programa Mundu Novu, C.P. 111, telefones: 00238 2610216, fax nº 00238-2615676, ou pelo correio electrónico para guelsantos@gmail.com e marial.fortes@pal.gov.cv.

Podem ser admitidos todos os interessados que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 37.º e no artigo 52.º, respectivamente da Lei n.º 17/VII/2007, de 10 de Setembro e do Decreto-Lei nº 1/2009, de 5 de Janeiro.

O programa de concurso e caderno de encargos podem ser adquiridos na Direcção Nacional da Educação, Programa Mundu Novu, pelo preço de 10.000\$00.

Praia 04 de Agosto de 2014



EDITAL

DECLARAÇÃO ELECTRÓNICA SUJEITO PASSIVOS DO REGIME NORMAL EM SEDE DO IVA

Faz-se saber que, abrigo do disposto no n.º 9 do Artigo 25º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (Lei n.º 51/VIII/2013, de 27 de Dezembro) e no n.º 3 do Artigo 1º do Regulamento do Pagamento e do Reembolso do Imposto sobre o valor Acrescentado (Decreto-lei n.º 56/2013, de 30 de Dezembro), e nos termos da Portaria n.º 2/2014, de 8 de Janeiro, foi instituída a obrigatoriedade da entrega, por via electrónica, da Declaração Periódica (Modelo 106 e respectivos anexos).

Esta obrigatoriedade, aplicável aos contribuintes enquadrados no Regime Normal em sede do IVA, vigora desde Janeiro de 2014 para o segmento dos Grandes Contribuintes, e passará a vigorar, obrigatoriamente, a partir de Julho de 2014, para todos os demais sujeitos passivos enquadrados no Regime Normal, em sede do IVA.

Consubstanciando-se numa modalidade simples, prática, cómoda e 100% on-line, a Declaração Electrónica visa facilitar o cumprimento voluntário das obrigações fiscais, permitindo ao contribuinte cumprir as suas obrigações fiscais com rapidez, eficiência e segurança, através da sua conta de utilizador no “Portondi Nos Ilhas”.

Faz-se saber ainda que, o não cumprimento desta obrigatoriedade dará lugar à aplicação de sanções e penalidades previstas na Lei.

E, para constar, se passou este e outros de igual teor, que serão afixados nos lugares públicos de costume e divulgados na imprensa.

Direcção das Contribuições e Impostos, na Praia aos 22 de Julho de 2014.

A Directora Geral

/Ana Rocha/

Praia - Cabo Verde C.P. 563 – www.dgci.gov.cv
PBX - (0238) 617759, 2614149 Fax - (0238) 617765

Verão 2014

Cidade Velha: E foi assim que tudo

“A Cidade Velha é um diamante em bruto”, diz-me Jair Fernandes, curador da Cidade Velha Património da Humanidade. Muito em bruto, acrescento. Isso quer dizer que não vale a pena lá ir? Muito pelo contrário. Só um jantar no restaurante Pelourinho ou uma estadia no Hotel Limeira já justificam a viagem. Mas, a Cidade Velha é muito mais do que isso. É um marco histórico e cheio de histórias. É esse o contexto que valoriza a primeira cidade europeia fundada a Sul do Trópico de Câncer e que funcionou como centro socioeconómico, administrativo, militar e religioso.

Jorge Montezinho

A Ribeira Grande de Santiago, Cidade Velha, é o primeiro estabelecimento humano no arquipélago de Cabo Verde, após a descoberta da ilha de Santiago, por volta de 1460, pelos navegadores de Portugal – o genovês António da Noli e Diogo Gomes. É considerada o berço da cabo-verdianidade e da mestiçagem e desempenhou um papel preponderante no apoio à expansão portuguesa, no desenvolvimento do comércio internacional e da navegação de longo curso entre os quatro cantos do mundo. Pode-se mesmo afirmar, sem grandes excessos, que a globalização actual começou na Cidade Velha.

“O local escolhido para o povoamento da vila era um vale profundo e verdejante que era rasgado por duas ribeiras que desaguavam no mar, formando uma enseada com boas condições para a instalação de um porto que facilitasse as ligações com o exterior”, como escreve Fernando Pires, em Da Cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha de Cabo Verde.

É esse mesmo vale que ainda hoje se abre ao fundo da estrada que liga Praia à Cidade Velha. 15 quilómetros que se fazem em vinte minutos porque, apesar do

asfalto novo, a via não convida a grandes acelerações. É um oásis de tranquilidade, como me descreveu um operador turístico local. E tem razão. Quando se chega ao centro da cidade, vindo da capital cabo-verdiana, há algo que no início se estranha e só depois se compreende porque: há silêncio.

Quando a Cidade Velha foi classificada pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade, a 26 de Junho de 2009, previu-se a chegada em massa de turistas ávidos por conhecerem este pedacinho de história – a verdade é que eles até vieram, de 3 mil visitantes em 2006 passou-se para os 70 mil em 2013. Mas são turistas de um dia só e não deixam muito dinheiro na localidade. As autoridades estão cientes do desafio, mas disso falaremos mais tarde.

As autoridades sabem igualmente que a grande aposta deve ir para o património imaterial. E nisso têm razão. Porque ir à Cidade Velha é penetrar num espaço mágico, como disse um dos residentes, mais sensorial do que real. Quem quiser ver apenas os monumentos pode ver. Eles estão lá, quietinhos, à espera. Mas, o que vale mesmo são as histórias por trás das pedras.

Logo após a sua fundação, a Cidade Velha tornou-se num

dos principais portos de escala obrigatória nas rotas atlânticas e permitiu a expansão colonial em direcção à África, América e Índias. Pelo seu porto passaram Vasco da Gama, na ida e no regresso das Índias, Cristóvão Colombo por ocasião das suas viagens às Índias Ocidentais e Fernão Magalhães, durante a primeira, e definitiva, viagem de navegação à volta do mundo. A Ribeira Grande contribuiu para a transformação do Atlântico numa rede de distribuição de mercadorias, plantas, animais e homens. Com o descobrimento das Américas em 1492 e do Brasil em 1500, a vila da Ribeira Grande ganha importância e conhece um dinamismo sem precedente. Uma primeira igreja, a de Nossa Senhora da Conceição foi construída em 1462, seguida da criação da Câmara Municipal em 1497. Em 1533 foi elevada à categoria de cidade, sob o nome de Cidade de Santiago de Cabo Verde, data em que se fundou a diocese de Cabo Verde e dos Rios da Guiné, tornando-se assim a sede do Bispado, o centro do poder civil e militar das colónias portuguesas da África Ocidental. Transformou-se numa cidade próspera. Tinha propriedades privadas de ricos senhores e homens de negócios, instituições ligadas à execução do poder (Câmara Municipal,

Tribunais, Fortes, Fortaleza, Prisão, Alfândega, etc.), estruturas religiosas (Catedral, Igrejas, Capelas, Hospital, Residência Episcopal, etc.), tudo isso num espaço extremamente reduzido. E chamou a atenção da rapaziada que fazia do curso um estilo de vida.

Como conta o jornalista Nuno Rebocho, na história da Cidade Velha, registam-se pelo menos 18 ataques de corsários (ou piratas) de diferentes nacionalidades: franceses, ingleses, holandeses, turcos, mas também castelhanos (espanhóis) e portugueses. Entre eles, os célebres Francis Drake (inglês) e Jacques Cassard (francês). Durante essas acções de pilhagem, a cidade foi arrasada pelo menos duas vezes, apesaram-se e afundaram-se navios, roubou-se mercadoria e escravos e deitou-se fogo ao que não conseguiam levar.

Ir à Cidade Velha é reviver esses tempos. Na baía, quando o mar adquire aquela cor cinza aço e as nuvens estão mais baixas, consegue-se regressar ao dia 17 de Novembro de 1585. E não é difícil imaginar a silhueta do Pelican, o navio almirante de Francis Drake, armado com os seus 18 canhões e acompanhado por uma frota de mais 28 navios.

Se o vento está de feição conseguem-se ouvir as pragas

dos piratas ingleses, os remos a baterem no mar, cada vez mais rápido, enquanto os imediatos os encorajam. Podemos até adivinhar o desembarque: homens rudes, crestados pelo sol, barbas cobertas de sal, o sabre de abordagem na mão direita e a pistola ainda fumegante na mão esquerda, duas mechas acesas sob os chapéus (os piratas tinham essa mania). E se olharmos para trás, sabemos que a população já correu pela rua Banana para se esconder destes sicários ao serviço das coroas europeias inimigas de Portugal.

Drake gostou tanto do clima de Cabo Verde que regressou mais duas vezes. A terceira não lhe correu tão bem, já existia a fortaleza real de São Filipe, terminada de construir em 1593. Estando lá, não nos custa ver aqueles passadiços vibrantes de movimentação, africanos e europeus, lado a lado, a levarem as balas de canhão aos artilheiros italianos. É provável mesmo que algum bombardeiro lombardo, com um humor mais retorcido, tenha escrito ‘saluti da re Filipe a tutti inglese’, antes de meter o projectil no canhão. Sim, porque na altura não era exactamente com a morabeza que recebíamos os visitantes estrangeiros.

Também por causa destas sucessivas incursões corsárias, a riqueza e a importância da



começou



lombo, Magalhães. Mas, não é só de navegadores que se constrói o património imaterial da Cidade Velha. Charles Darwin também passou por lá e a teoria mais revolucionária da história da humanidade – o evolucionismo –, pode-se afirmar, começou aqui, neste cantinho no meio do Atlântico. Mas há mais. A crioulização mundial começou na Cidade Velha, o carnaval brasileiro tem a sua raiz na Tabanka de Santiago, o conhecimento da manufactura do rum da cana-de-açúcar foi repassado de Cabo Verde para o continente americano. O saber fazer, a música e a dança e são aspectos que ainda se mantêm vivos na Cidade Velha, são os factores intangíveis que o turista procura.

Por outro lado, a oferta local não é ainda muito diversificada e ainda deixa muito a desejar, o artesanato está subaproveitado e os serviços de guias são ainda deficientes. As autoridades, como foi dito, conhecem bem estes constrangimentos e estão a preparar algumas iniciativas para incrementar e diversificar a oferta turística no sítio histórico. Um deles, é o projecto Cidade Velha Cultura em prol do Desenvolvimento Socioeco-

nómico, financiado pela União Europeia para ensinar às famílias locais a utilizar a cultura para a criação de rendimento e para diversificar as actividades culturais no município, como a realização de mais feiras de artesanato, de gastronomia, etc.

No quadro deste projecto está a ser finalizado um centro de artesanato (na rua Banana) e de exposições. “Servirá para acolher as iniciativas em matérias de artesanato e artes e ofícios das pessoas do município, e não só, que queiram vir mostrar e vender as suas artes”, explica-me Alcides de Pina, vice-presidente da Câmara da Ribeira Grande. “Também pode vir a ser um centro onde o turista pode interagir directamente com os artesãos. E vai ter outras vertentes, como uma biblioteca temática sobre a Cidade Velha e um museu virtual”.

Nos planos está também a criação do primeiro museu de arte sacra da Cidade Velha e do museu da escravatura. Já começou também o melhoramento das fachadas e das coberturas das casas, porque um dos objectivos futuros é a criação de vários miradouros. Na forja estão ainda projectos para reabilitar toda a orla marítima e

a criação de piscinas naturais junto ao mar.

Mas, para tudo isso é preciso dinheiro. Jair Fernandes, o curador da Cidade Velha Património da Humanidade, afirma mesmo que a Ribeira Grande de Santiago tem de ser uma questão de Estado. “A Cidade Velha deve ter um orçamento diferenciado. Se a Praia reclama o estatuto especial, a Cidade Velha também o merece para fazer justiça para com a história. Em termos de planificação a curto prazo queremos o museu da arte sacra e da escravatura, queremos tornar a Cidade Velha num centro de pesquisas arqueológicas e de património imaterial no contexto atlântico, trabalhar com o público e o privado para dinamizar o turismo. São estes os grandes desafios, desde que as condições sejam criadas para o efeito. Caso contrário, estamos a brincar ao património mundial”.

A Cidade Velha é um dos 948 sítios considerados património da humanidade que existem em todo o planeta. E é um dos dois que existe na África Ocidental. Por outras palavras, o valor universal da Cidade Velha é reconhecido, agora é a vez dos cabo-verdianos comprovarem esta mais-valia.

Guia Prático

Onde ficar: O Hotel Limeira, a 500 metros do centro, oferece pacotes de fim-de-semana aos nacionais, dormida e pequeno-almoço, por 5.000\$. Também é possível passar apenas um dia de piscina, com direito a almoço por 1.000\$, mas recomenda-se mesmo a estadia mais prolongada. Vale a pena conhecer este hotel de charme com 33 quartos, todos com vista de mar (www.hotellimeira.cv). O Hotel Limeira tem também serviço de restaurante. Outras ofertas são o Hotel Pôr do Sol, a Pousada São Pedro ou a Hospedagem Girassol.

Onde comer: O Restaurante Pelourinho é das melhores opções para almoçar ou jantar na Cidade Velha. Peixe e mariscos, mesmo em frente à baía, com preços médios que rondam os 1.000\$00. O Restaurante/Bar Casinha Velha ou o Restaurante Real Turis, são outros locais para refeições.

Ribeira Grande foram diminuindo. Em 1712, o corsário francês Cassard deu-lhe o golpe de misericórdia. Apoiado por Louis XIV, que o incumbiu da missão de cometer “todos os actos de hostilidades possíveis nas colónias inglesas, portuguesas e holandesas”, incendiou e arrasou a Cidade Velha. As ruínas da Sé estão lá para o provar, e é perfeitamente possível imaginar Jacques Cassard a acender o cachimbo, pé direito apoiado numa das pedras encarvoadas da Catedral, a apreciar o lindo serviço que os seus esbirros acabaram de fazer.

O mais incrível é que todas estas histórias, e outras que tomam a dimensão de lendas, estão ainda enraizadas na população da Cidade Velha cinco séculos depois. Se pedirem a três pessoas para contar a história do sino de ouro ouvem três versões diferentes: que foi roubado pelos piratas e está ainda hoje em Inglaterra, que foi roubado mas o barco afundou ao largo, que o barco afundou sim senhor mas o sino foi recuperado e levado para a Europa. Até há quem conte a história da (impossível) invasão da Cidade Velha pelos exércitos de Carlos Magno (rei dos francos entre 768 e 814, muito antes, portanto, da descoberta de Cabo Verde).

Drake, Cassard, Gama, Co-



ADERE AO ZAP 3P

E PODES COMPRAR UM SMARTPHONE POR APENAS 2.000\$



 **POUPANÇA E COMODIDADE
NUMA ÚNICA FACTURA**
CHAMADAS GRÁTIS 24 HORAS DENTRO DA REDE

Este Verão ao aderires ao tarifário ZAP 3P, podes comprar um fantástico smartphone por apenas 2.000\$* já com IVA incluído.
Não percas esta oferta do outro mundo, exclusiva ZAP 3P. Adere já!

Imagem meramente ilustrativa

Mais informações consulte www.cvmultimedia.cv ou ligue grátis 800 01 01

 CVMultimédia

*Oferta limitada ao stock existente, promoção sujeita a condições. Ao aderir, a compra do telemóvel não é obrigatória.

Música

Isa Pereira actua esta sexta-feira na Sede das Nações Unidas

A cantora cabo-verdiana Isa Pereira actua, esta sexta-feira, na cerimónia de encerramento da Assembleia de Verão da Juventude 2014, na Sede das Nações Unidas, em Nova Iorque.

Isa Pereira disse ter ficado comovida com o convite da organização que partiu da organização da Assembleia de Verão da Juventude das Nações Unidas e dos Embaixadores de amizade.

“Continuo muito emocionada por receber esta tão grandiosa honra que até me vem



água aos olhos. Estou a trabalhar minuciosamente na criação da minha performance, pois considero uma nobre responsabilidade; vou entregar-me por completo através da voz para cantar neste evento com todo o amor e dedicação”, confidenciou a cantora.

Isa Pereira escolheu apresentar no seu repertório a morna, como uma forma de dar o seu contributo em prol da candidatura da Morna a Património Imaterial da Humanidade.

“Irei distribuir à plateia flyers com a letra de uma morna escrita em crioulo e a tradução da mesma em inglês, bem como uma explicação do que é a Morna e da sua candidatura a Património Imaterial da Humanidade, fazendo uma contextualização do poder da diversidade cultural, a solidariedade e desenvolvimento

sustentável”, revelou a autora do álbum “Kriola EnKantu.

Isa Pereira está a viver em Nova Iorque, EUA, desde o ano passado, onde tem recebido muitos convites para concertos.

Em Março deste ano foi seleccionada para ingressar no Studio New York Vocal Coaching, uma conceituada escola de canto muito procurada por artistas da Broadway. Mais recentemente, em finais de Julho, celebrou o Dia da Mulher Africana em grande com um concerto no Babylon Soho Lounge.

A Assembleia de Verão da Juventude 2014 acontece sob o lema “Unidos os Jovens através das artes, cultura, desporto e viagem pelo Desenvolvimento da Agenda Pós-2015”. O certame será transmitido em directo na internet da UN Web TV.

Feira de artesanato invade a Rua Pedonal da Praia

No âmbito da Semana da Juventude, a Câmara Municipal da Praia tem promovido várias actividades na Rua Pedonal destinadas aos jovens da capital, uma delas é a Feira de Artesanato, onde participam vários artesãos. O evento decorre até este sábado.

São cerca de 20 stands, com bijutarias, materiais sintéticos e orgânicos, aplicações em panos, rendas, bordados, quadros e ainda com doces e bebidas.

Segundo José Augusto Brito, responsável da Juventude da Câmara Municipal da Praia, trata-se de uma feira para promover o artesanato, cultura e jovens artesãos.

José Augusto Brito disse que com este evento a CMP quer dar oportunidade aos jovens para exporem os seus produtos. “Esta feira é forma de fazer com as pessoas vendam os produtos que têm em casa, porque não há um espaço fixo ainda para exporem os seus trabalhos”.

Augusto Brito sublinha que infelizmente muitos jovens que receberam formação na Câmara não apareceram na feira.

Artesãos louvam iniciativa

Os artesãos mostram-se satisfeitos com mais esta feira, apesar de alguns reclamarem que a venda tem estado um pouco fraco.

Olga Martins, uma das artesãs presentes, disse que as feiras são sempre bem-vindas, tendo em conta os contactos que deixam e o entusiasmo dos turistas quando vêem artefactos feitos em Cabo Verde.

“Só é pena que quando termina a feira, temos de ir para a casa, porque em casa é difícil vender alguma coisa, mesmo sabendo que as pessoas levam os nossos contactos, pois as pessoas gostam de ver e comprar na altura, não gostam muitas vezes de encomendar”.

Olga é uma artesã portuguesa que vive há três anos em Cabo Verde. Ela faz pintura



das ilhas de Cabo Verde e aplica-as nos tecidos, para toalhas de mesa e outros materiais.

Conceição Brigam afina pelo mesmo diapasão da colega, dizendo que é nas feiras que tem oportunidade de ex-

por e vender os seus produtos. “Quando há feiras expomos os nossos produtos e quando não há, ficamos com eles em casa. Por isso é uma boa iniciativa e aqui conseguimos vender mais. Nos dias normais não

tenho um sítio onde vender os meus trabalhos”.

A artesã confessa que gostaria de ter um espaço fixo para vender seus produtos e que com isso não teria que estar a transportar os materiais de um lado para outro sempre que há feiras.

Conceição Brigam faz brincos, colares, pulseiras, anéis, bolsas para senhoras e sapatos.

Também para Sílvio Pontes a feira é sempre uma boa iniciativa camarária, por propiciar não só o contacto com outros artesãos como também com os apreciadores de uma boa peça de artesanato Made in Cabo Verde.

A Feira de Artesanato na Rua Pedonal, no Platô, teve início no dia 30 de Julho e vai até o dia 9 de Agosto.

Livraria “Pedro Cardoso” promove palestra em homenagem ao patrono

A melhor forma de homenagear Pedro Cardoso é fazê-lo conhecido da nova geração, defende Brito-Semedo

O professor Manuel Brito Semedo apelou ontem para a necessidade da reedição das obras do poeta e ensaísta Pedro Cardoso cujos livros se encontram esgotados há já muito tempo no mercado.



a nova geração possa conhecer melhor essa figura marcante da cultura cabo-verdiana”.

A Livraria “Pedro Cardoso”, situada na Fazenda, na Praia, abriu as portas ao público em finais de Julho. No âmbito das actividades de abertura a livraria realizou uma conferência sobre a Justiça Tributária cujo orador foi Carlos Veiga e esta agora sobre Pedro Cardoso que fecha o ciclo de abertura. Dentro em breve a livraria anunciará a sua agenda de actividades que incluiu palestras, conferências, mesas redondas, debates, tertúlias e sessões de música e poesia.

A Livraria Pedro Cardoso é um espaço multiuso com capacidade para acolher cerca de 70 pessoas em actividades como conferências, palestras, noites cabo-verdianas e outras actividades culturais. Tem há disposição do público mais de dois mil livros nas mais diversas áreas do saber, sobretudo daquelas cujos livros são pouco acessíveis no mercado cabo-verdiano. Para colmatar a escassez de livros sobretudo de autores nacionais a livraria pretende tem já agendado algumas publicações entre as quais as obras do seu patrono.

O repto foi lançado por Brito-Semedo numa conferência realizada ontem, terça-feira, na Livraria “Pedro Cardoso”, em homenagem ao patrono do novo espaço multiuso aberto recentemente na Praia.

Nesta segunda conferência realizada no recém-aberto espaço, Brito-Semedo lançou o repto à Livraria Pedro Cardoso no sentido da publicação da obra do seu patrono, pelo menos dos textos jornalísticos.

“Acalentei em tempos um projecto nesse sentido em que teria como associado o então Presidente do Instituto da Bi-

blioteca Nacional e do Livro, Joaquim Morais. *Pedro Cardoso. Textos Jornalísticos e Literários* (Parte I), Praia, 2008, foi a primeira publicação, de que se seguiria o jornal *O Manduco* (Parte II), em edição fac-similada e, por fim, os seus livros de poesia e ensaio (Parte III e, eventualmente, Parte IV)”.

Não tendo sido possível realizar tal propósito, Brito-Semedo disponibilizou à livraria já pronto para publicação “A Manduco... Crónicas de Afro”. Quanto ao jornal “O Manduco”, disse que já há o material digitalizado em processo de

tratamento para publicação na posse da “Dikor, Publicidade Impressão e Sinalética” tratando-se apenas de uma questão de negociação.

Brito-Semedo enumerou na sua intervenção os textos poéticos e ensaísticos de Pedro Cardoso há muito esgotados e que precisam ser de novo divulgados para colmatar o enorme vazio à volta da obra do grande escritor cabo-verdiano, nomeadamente *Primícias* (1908), *Caboverdeanas* (1915), *Jardim das Hespérides* (1926), *Duas Canções* (1927), *Hespérides*. Fragmentos de um poema

perdido em triste e miserando naufrágio (1930), *Folclore Caboverdeano* (1933), *Cadernos Luso-Caboverdeanos*. 3 volumes: (1) *E mi que ê lha'r Fogo*, 1941, (2) *Ritmos de Morna*, 1942 e (3) *Sem Tom Nem Som*, 1942, e ainda postumamente, *Lírios e Cravos* (1951).

Mário Silva, presidente da Fundação Direito e Justiça, avançou ao Expresso das Ilhas que a livraria pretende, de facto, “a médio prazo, juntamente com os familiares e eventualmente em parceria com outras instituições reeditar a obra de Pedro Cardoso, por forma a que

Kuby & Jones representa Cabo Verde no Festival Sete Sois Sete Luas, em Portugal

A banda musical Kuby & Jones vai representar Cabo Verde no Festival Sete Sois Sete Luas que acontece esta sexta-feira, 8 de Agosto, na Cidade de Montargil, Portugal.

Kuby & Jones foi a banda que ganhou em Abril deste ano o prémio Revelação Sete Sois Sete Luas, num evento que selecciona todos os anos os grupos musicais mais interessantes da sena musical de Santo Antão, Santiago, Fogo e Brava.

Com esse prémio, o grupo musical desloca-se em tour-

née a Portugal e Espanha, para representar Cabo Verde, neste certame internacional.

A banda formada por 8 elementos, tem uma sonoridade que envolve vários estilos desde o Reggae, Hip Hop e o Rock aos ritmos cabo-verdianos do batuque e fananá.

Liderado por Alberto “Kuby”

Monteiro, este colectivo sonoro do bairro de Achada Grande Frente fundado no início do ano passado (2013), tem vindo a divulgar o seu trabalho, por este bairro de periferia e outros arredores da cidade, na conquista dos amantes do Reggae, Hip Hop e Rock. **IE**

DM



Carlos Tavares estreia-se no mercado musical com álbum “Kanta pa skece”

O jovem cabo-verdiano Carlos Tavares que estuda música na Conservatória, em França, estreia-se no mercado musical com seu primeiro álbum “Kanta pa skece”. O disco tem 10 faixas musicais e é todo ele em crioulo.

Dulcina Tavares

“Kanta pa skece”, nas palavras de Carlos Tavares é um álbum que fala de vários problemas sociais que tem surgido na sociedade, de saudade da terra e da forma como vivem os imigrantes cabo-verdianos na Europa. Este álbum traz algumas melodias mais soul com ritmos tradicionais e funaná.

“É ka por si”, “Odja”, “Bengué”, “Sempre feita un arguen”, “Tradiçon di nós terra”, “Mamai”, “M-bem mundo pan ser um artista” e “Mudjer di pé na txon” são os temas que fazem parte deste disco.

“Este álbum é uma forma das pessoas me conhecerem e quero levá-lo para vários pontos do país”, diz o músico. Apesar de o artista viver em França, as músicas são todas elas em crioulo, “queria colocar uma música em francês, mas em termos de emoção é diferente; então decidi não o colocar, mas já no próximo disco terei músicas em francês e inglês”.

O disco, segundo o artista, já está pronto há três meses, mas só em Novembro estará à venda.

O lançamento oficial será também no mês de Novembro, na França, onde o artista reside actualmente e depois na Cidade da Praia.

Carlos Tavares pretende levar o seu trabalho a todos os pontos do país.

As músicas são na maioria feitas pelo autor, salvo um que fez com um guitarrista brasileiro com o qual actua junto há três anos.

A música veio para ficar

Quando vivia em Cabo Verde com os avós Carlos ouvia músicas vinis de Bob Marley que o tio trazia da Europa e cantava



para passar o tempo. Emigrou com 10 anos para se juntar à mãe que vive em França e ali com 14 anos formou um grupo musical, onde cantava estilos como Hip Hop e R&B.

Com 16 anos começou a frequentar a conservatória de música, com 18 anos dava concertos nos bares e em alguns espaços privados, mas só cantava temas de outros artistas

em inglês e francês que as estavam na moda.

Depois disso começou a compor as suas próprias músicas em francês e inglês e depois decidiu que seria melhor cantar na sua língua materna, onde consegue melhor exprimir as suas emoções.

Até à altura Carlos Tavares cantava apenas nos bares, na França, mas agora faz concertos só com as suas composições e algumas vezes canta temas de Bob Marley.

“Sempre que canto uma música tento explicar a história da música, onde foi escrita e como me inspirei para escrever aquela música”, conta o músico.

Neste seu primeiro disco não teve participação de nenhum artista cabo-verdiano, por causa da agenda de alguns deles com quem gostaria de ter no seu álbum. “No momento da gravação tinha um prazo para finalizar e as pessoas que eu queria neste álbum estavam por sua vez ocupadas”.

Carlos Tavares confessou que gosta de alguns artistas cabo-verdiano como Norberto Tavares, Pantera, Mário Lúcio e Princezito.

O artista esteve num concerto com o músico Bino Barros, no dia 21 de Julho, no Quintal da Música, onde aproveitou para mostrar aos praienses algumas das suas músicas.

Novo disco

O próximo álbum, conforme revelou Carlos, será daqui a um ou dois anos, pois já está preparado, só falta levar para o estúdio e gravado. Carlos avançou que o segundo álbum será diferente deste, “será uma mistura com jazz e piano”.

Carlos Tavares é natural do Concelho de Santa Catatina, no interior de Santiago.

Agenda

Kuartas Loucas no Soft Club, na Praia

Quarta-feira, 6 de Agosto, com Djs Hebraico e Kappah.

Gala Canta Independência na Assembleia Nacional, Cidade da Praia

Sexta-feira, 8 de Agosto, pelas 21 horas, com actuação de Terezinha Araújo, Katya Borges, Jorge Tavares, Bob Mascarenhas, Ineida Moniz, Arlindo Rodrigues, Leninha Fortes e Rui Cruz e outros.

30ª Edição do Festival Baía das Gatas, em São Vicente

Sexta-feira a domingo, 8 a 10 de Agosto, em homenagem à Morna, com actuação de Vasco Martins & Sabine Kabomg, Orquestra Cesária Évora, Ceuzany, Neuza de Pina, Nancy Vieira, Jennifer Soledad, Constantino Cardoso, Gabriela Mendes, Jorge Sousa, Diva Barros, Solange Cesarnova, Boss AC, Grace Évora, Djodje e Anselmo Ralph.

KBA leva animação ao Cockpit Night Club, na Praia

Sábado, 9 de Agosto, pelas 23 horas.

Lembra Tempo no Bar Panorama, Hotel Praia-Mar

Sábado, 9 de Agosto, pelas 23:30, com animação de Double Dj.

Programação semanal do Quintal da Música

Quarta-feira, 6, pelas 21 horas, actuação de Ronilda Ramos, Ulisses Português e Palinh Vieira;

Quinta-feira, 7, pelas 21 horas, Lucibela Santos, Ulisses Português, Jorge Pimpa e Adão Brito;

Sexta-feira, 8, pelas 21 horas, Nataniel Simas, Zeca Couto, Adão Brito, Jorge Pimpa e Victor Bettencourt;

Sábado, 9, pelas 21 horas, Leninha Fortes, Zeca Couto, Adão Brito e Jorge Pimpa.

Concerto de Dudú Araújo e Nancy Vieira, na Assembleia Nacional

Sábado, 9, pelas 21 horas.

Ciclismo: V edição da Volta do Cacau

Cabo Verde leva quatro ciclistas para São Tomé e Príncipe



Simão Rodrigues

O ciclismo cabo-verdiano vai estar representado na V edição da prova internacional Volta do Cacau por pelo menos quatro ciclistas seleccionados pela Associação de Ciclistas da Boa Vista, durante a prova nacional da modalidade realizada na Ilha das Dunas por ocasião das festividades do Município e de Nha Santa Isabel, celebradas a 4 de Julho último.

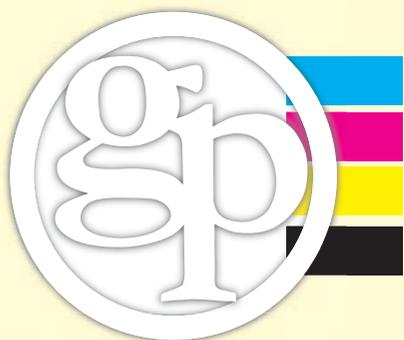
A prova da Boa Vista, denominada "Taça Boa Vista", apurou os quatro primeiros classificados: o cabo-verdiano residente em Roterdão (Holanda) Renato Soares (campeão absoluto), Kevin Rodrigues (São Vicente), Vladimir Fonseca (Maio) e Idelfrides "Didi" Soares (Ilha do Sal).

O presidente da Associação Regional de Ciclismo da Boa

Vista, Marco Frush, tem ainda a intenção de reforçar a selecção de Cabo Verde com mais dois ciclistas da diáspora.

A edição da Volta do Cacau 2014 está marcada para finais de Agosto e poderá contar com a participação de mais de 10 países. Após a decisão da Associação dos Comité Olímpicos da Língua Portuguesa, ACOLP, de incluir a Volta do Cacau no seu calendário de eventos, a Federação Santomense de Ciclismo está a trabalhar para efectivar para 2014 a participação de todos os países lusófonos.

Além dos ciclistas nacionais de São Tomé e Príncipe, a organização endereçou convites a ciclistas de Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Brasil, Portugal, Macau, Goa-Índia, Timor-Leste e Sri Lanka.



Prefira

Gráfica da Praia, Lda.

situada na Zona Industrial Tira-Chapéu, junto à Emprofac

Impressão offset e Serigrafia
cartazes, livros, revistas, blocos facturas, recibos,
desdobráveis, camisolas, bonés, canetas, etc.

Para qualquer consulta:

262 8170/7027

comercialgrafic@cvtelecom.cv

www.graficadapraia.cv

PARA BEM LHE SERVIR

Preços especiais e execução rápida

Basquetebol

Cabo Verde quer acolher eliminatória para CAN Marrocos'2015

Cabo Verde esteve presente neste encontro pelo secretário-técnico Henry Gomes que levou consigo a missão de trazer para o país a fase preliminar da Zona II para o Campeonato Africano das Nações'2015.

Henry Gomes substituiu o presidente federativo Kitana

Cabral que trabalhou junto da FIBA-África para que Cabo Verde pudesse acolher as seleções nacionais da Guiné-Conacri e Gâmbia para a fase preliminar, a ser disputada entre Setembro próximo e Março de 2015.

De acordo com o calendário inicialmente elaborado,

a selecção cabo-verdiana da modalidade defronta a Guiné-Conacri, mas o presidente da Federação Cabo-verdiana de Basquetebol, Kitana Cabral, adiantou que esta deslocação está abortada, face à problemática do vírus do Ébola neste país africano.

Cabral afirma mesmo que pretende deslocar-se à Costa do Marfim para se inteirar desta situação junto da FIBA-África, com o argumento de que a Federação Cabo-verdiana de Basquetebol "não vai colocar em causa a saúde pública no país".

Cabo Verde, Gâmbia e Conacri partilham o mesmo grupo preliminar do Campeonato Africano das Nações, competição a disputar-se na Tunísia, de acordo com a deliberação do Bureau Central da FIBA-Afrigue, realizada em Abidjan, Costa do Marfim.

Santiago-Sul

Varanda garante permanência na primeira divisão

A equipa do Varanda de Achadinha Baixo assegurou a manutenção na primeira divisão do Regional de Futebol de Santiago-Sul ao vencer na tarde de sexta-feira a Associação Desportiva da Ribeira Grande, na Várzea, por 3-2.

Com esta vitória em jogo referente à segunda mão da liguilha, a equipa encarnada da Achadinha mantém-se na primeira divisão, enquanto o grémio da Cidade Velha permanece no segundo escalão, já

que perde a oportunidade de regressar ao escalão maior do futebol, em Santiago-Sul.

A partida desta segunda mão ficou marcada pelas irregularidades do árbitro Aristides Rodrigues que falhou no capítulo disciplinar, (erros de palmatórias) com claro prejuízo para a equipa da Ribeira Grande.

Em jogo da primeira mão realizado, sábado último, a formação do Varanda tinha vencido a sua congénere da Ribeira Grande por 2-1.



Varanda de Achadinha Baixo continua na primeira linha

Jogos da CPLP

Cabo Verde terminou a sua participação nos IX Jogos Desportivos da CPLP realizados em Luanda, Angola, com a conquista de sete medalhas, seis das quais alcançadas pelos atletas paralímpicos e uma pela selecção de futebol de sub-16.

A equipa cabo-verdiana de paralímpicos somou seis medalhas, dos quais três de prata e três de bronze conquistados nos IX Jogos da Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa, CPLP.

Cabo Verde participou com três atletas nos desportos paralímpicos e todos eles venceram nestes jogos desportivos de Luanda.

Denise Pereira, atleta do Tarrafal de Santiago, é a que mais medalha conquistou para o país, já que ganhou uma de prata no salto em comprimento

Atletas paralímpicos voltam a salvar as honras da casa



e duas de bronze nas disciplinas dos 200 e 400 metros.

José Tavares, do concelho de São Domingos, conquistou duas medalhas, sendo uma de prata no salto em comprimento e outra de bronze nos 400 metros.

Irlanda Monteiro, do Fogo, regressou com a medalha de prata no salto em comprimento.

Já o futebol ganhou a sua medalha de bronze, depois de ter perdido por 2-1 para Portugal, no jogo que dava acesso à luta pela Medalha de Ouro. Relegado para a luta da Medalha de Bronze, a selecção de futebol alcançou o terceiro lugar ao vencer a sua congénere de Moçambique por 2-0 num jogo atípico.

É que esta partida só foi disputada durante 20 minutos regulamentares, já que a formação moçambicana subiu ao relvado no "limite" com apenas seis jogadores, pelo que a lesão de um atleta dos "Mambas" levou com que o árbitro desse por terminada a partida quando o jogo nem sequer tinha chegado a meio da primeira parte.

As modalidades de andebol, voleibol, atletismo, ténis de campo e voleibol de praia ficaram em branco.

A comitiva cabo-verdiana era constituída por 76 integrantes, dos quais 51 atletas, 13 técnicos, uma equipa médica composta por três especialistas, oito dirigentes e um jornalista.

Basquetebol: Campeonato de Santiago-Sul está ao rubro

ABC vence Bairro e força o quarto jogo da final dos play-off

Simão Rodrigues

O pavilhão desportivo *Vavá Duarte*, em Chã d'Areia, volta a abrir as portas esta quarta-feira para receber as equipas finalistas do Bairro e do ABC, desta feita para o quarto jogo da final dos play-off do regional de basquetebol, de Santiago-Sul, referente à temporada 2013/14.

Isto porque, na partida de sábado, quando o Bairro foi ao pavilhão preparado para conseguir a terceira vitória consecutiva para fazer a festa do título, com a moral bem alta e com alguma dose de vaidade constatada no rectângulo do jogo, eis que a formação encarnada vestiu o "fato de macaco" para, com brilhantismo e humildade, vencer a partida por 58-54 e forçar o quarto jogo.

Certo é que foi um jogo atípico para a formação canarinha, pois o Bairro praticamente nunca se encontrou, chegando



ao final do primeiro período a perder por 11-02.

Numa partida na qual a formação do ABC esteve na dianteira do primeiro ao **último minuto**, o Bairro chegou a estar a dois pontos de restabe-

lecer a igualdade (43-42), mas foi ali que o ABC disparou no marcador, já que apenas Braima mostrava as suas qualidades no Bairro, enquanto Fidel e Edvaldo levavam o conjunto encarnado às costas.

Com esta conjugação de resultados, o jogo desta quarta-feira volta a levar mais uma grande moldura humana àquela recinto, com as duas equipas apostadas na vitória.

O Bairro está a apenas uma

vitória para fazer a festa do título, (2-1). Se vencer recebe a faixa de campeão, mas o ABC quer empatar os play-off para forçar o quinto jogo, a única condição para a formação encarnada chegar ao título.



Danielson Miranda promete forçar o quarto jogo

No final da partida, o técnico Danielson Miranda que orienta a equipa do ABC, disse que o seu conjunto "esteve muito melhor que nas duas primeiras partidas deste play-off e que conseguiu patentear uma grande exibição e anular a festa do Bairro.

Promete muita disputa no quarto jogo para forçar a finalíssima e chamar o título aos seus rapazes.



Hélio Varela: "O ABC vai pagar caro pela ousadia de ter vencido o Bairro"

Enquanto isto, o técnico do Bairro, Hélio Africano Varela, reconheceu a supremacia do ABC neste embate, alegando mesmo que o Bairro merecia perder este jogo. Afirmou que a sua formação vinha de quatro vitórias consecutivas frente ao ABC e que estava com alguma dose de ansiedade, mas garante que o ABC vai pagar caro, esta quarta-feira, a factura pela "ousadia de ter vencido o Bairro".

Atletismo: 16º Campeonato Ibero-Americano

Ruben Sança foi "impedido" de entrar no Brasil e regressou aos EUA sem competir

O maratonista internacional cabo-verdiano Ruben Sança, medalhista de ouro nos Jogos da Lusofonia Goa'2014, viajou sábado até ao Aeroporto de São Paulo, mas não pôde entrar no Brasil, pelo que regressou aos EUA, por falta de visto.

O atleta iria representar Cabo Verde no 16º Campeonato Ibero-Americano de Atletismo, montra internacional de Maratona, realizada de 1 a 3 de Agosto, nas terras de Vera Cruz.

Ruben Sança viajou, credenciado pela Federação Cabo-verdiana de Atletismo, directamente de Boston (Estados

Unidos da América) para São Paulo e tinha estreia marcada para as 09.15 horas locais deste domingo (06:15 horas de Cabo Verde).

O atleta, que está habituado a grandes deslocções por este mundo fora, diz que sentiu-se magoado pela forma como foi tratado pelos serviços de fronteira do Brasil e desabafou mesmo que foi exposto "como um saco de batata".

Ainda assim, iliba a federação nacional da modalidade de qualquer responsabilidade e culpabiliza a Federação de Atletismo do Brasil por esta "tamanha contrariedade".

Já o presidente da Federação Cabo-verdiana de Atletismo, Fernando Pinto, confirma este triste episódio em como o atleta Ruben Sança "foi retido no aeroporto por falta de visto para entrada no Brasil", alegando que o mesmo viajara sozinho para Brasil por "limite de orçamento da Federação".

O Campeonato Ibero-americano de Atletismo é uma competição de atletismo a nível de selecções nacionais que se disputa a cada dois anos entre países ibero-americanos mais Andorra e dois países africanos onde a língua oficial é o espanhol ou o português.

Eliminatórias de CAN 2015

Moçambique entra no caminho de Cabo Verde para Marrocos

A selecção nacional de futebol de Moçambique carimbou o passaporte para partilhar com Cabo Verde, Zâmbia e Níger o Grupo F de qualificação para o campeonato Africano das Nações CAN'2015, depois de eliminar este fim-de-semana a formação da Tanzânia nos preliminares por 2-0. Em jogo da primeira mão as duas equipas haviam empatado a duas bolas.

Com este apuramento, fica completo os sete grupos que devem disputar a última volta das eliminatórias do Campeonato Africano das Nações de 2015 com o encerramento da terceira ronda das preliminares no fim-de-semana.

Os jogos do fim-de-semana ditaram a qualificação de Lesoto, Uganda, Ruanda, Botswana, Serra Leoa, Malawi e de Moçambique, que se vão juntar-se às 21 equipas que disputarão a fase de grupos.

O Malawi e o Ruanda obtiveram a sua qualificação para a última volta das eliminatórias

no termo da sessão da marcação de grandes penalidades, ao passo que o Ruanda bateu a equipa visitante, o Congo, por 2-0 e voltou à igualdade de pontos 2-2, o que necessitou também da marcação de penalidades para determinar o vencedor.

O Ruanda impôs-se por 4-3, juntando-se assim à Nigéria, África do Sul e Sudão no Grupo A da última volta das eliminatórias.

Por seu turno, o Malawi, jogando em casa, bateu o Benim por 1-0, levando as duas equipas também à igualdade de pontos, antes de o Malawi se impor na marcação de grandes penalidades por 4-3.

O Malawi juntou-se ao Mali, à Argélia e à Etiópia no Grupo B da última volta das eliminatórias.

O Botswana empatou por 1-1 no termo do jogo da segunda mão contra a equipa visitante, a Guiné-Bissau, e qualifica-se graças ao cúmulo de pontos por



3-1 nos dois jogos, o que leva o primeiro a juntar-se, no Grupo G da última volta eliminatória, à Tunísia, Egípto e Senegal.

A Serra Leoa acede à última volta graças à desistência das Ilhas Seychelles por razões de receio em torno do surto de ébola. A Serra Leoa juntou-se à Costa de Marfim, aos Camarões e à República Democrática do Congo no Grupo D para a

última volta preliminar.

Na fase de grupos, as equipas disputarão os jogos (da primeira e segunda mãos) de Setembro a Novembro de 2014, as duas primeiras de cada grupo e a melhor terceira equipa (todos os grupos) qualificam-se para a fase final do CAN 2015 em Marrocos.

Marrocos, país anfitrião da competição, está automaticamente qualificado.

Composição dos grupos:

Grupo A:

Nigéria
África do Sul
Sudão
Ruanda

Grupo B:

Mali
Argélia
Etiópia
Malawi

Grupo C:

Burkina Faso
Angola
Gabão
Lesoto

Grupo D:

Costa de Marfim
Camarões
RD Congo
Serra Leoa

Grupo E:

Gana
Togo
Guiné
Uganda

Grupo F:

Zâmbia
CABO VERDE
Níger
Moçambique

Grupo G:

Tunísia
Egípto
Senegal
Botswana



Ruben Sança

Stephane Varela representa Cabo Verde no campeonato africano nos Marrocos

O atleta cabo-verdiano residente em Portugal, Stephane Varela, vai representar Cabo Verde no Campeonato de África em seniores, prova que se realiza de 10 a 13 de Agosto em Marrakech, Marrocos, na disciplina de salto em altura.

Recordista nacional com a marca de 2,05 metros em salto em altura, o atleta do Sporting Clube de Portugal disse que regressa de uma lesão que afectou o seu treinamento durante praticamente um mês, mas que encontra-se preparado para estar ao mais alto nível em Marrakech.

Nascido há 23 anos, em França, Stephane Varela é especialista em salto em altura, tendo



já representado de 2006 a 2009 o Núcleo de Atletismo de Alcabideche, o Clube de Futebol "Os Belenenses" em 2010\2011

e GiraSol - Ramos Catarino nas temporadas 2011/12 e 2012/13.

//CHINA

Responsáveis de estádio na China pintam pista de atletismo retangular

Os responsáveis de um recinto desportivo do distrito chinês de Tonghe, no Nordeste do país, pintaram uma pista de atletismo retangular, pressionados pela iminente visita de inspeção dos seus superiores.

O estádio da Administração das Florestas do distrito de Tonghe, no Nordeste do país, tem agora uma pista de atletismo, habitualmente oval, com quatro ângulos retos em volta das marcações de um campo de futebol.

“É particularmente complicado fazer as curvas, é fácil cair”, comentou um residente local, Gong Xiaona, ao ser questionado num programa da televisão da província.

A antiga pista estava em avançado estado de degradação, pelo que os responsáveis do estádio decidiram refazer o traçado “de urgência”, em antecipação a uma visita de res-



ponsáveis provinciais, explicou um empregado do recinto.

Com pouco tempo para concluir os trabalhos, ficou decidido que seria menos complicado medir e pintar ângulos rectos em vez de curvas.

“Achamos que o novo traçado é muito feio, mas quem o poderá mudar agora, se os nossos dirigentes não o pedirem?”, questionou o mesmo empregado.

Fonte: JN

//EUA

Rouba e vende carro da avó enquanto ela estava na missa

Jovem aproveitou ausência da idosa para roubar e vender o carro.

Um jovem, residente no estado norte-americano de Nova Jérсия, foi detido pelo roubo do carro da avó, do parque de estacionamento da igreja local,

enquanto a idosa assistia à missa. Arthur Garlick, de 22 anos, foi acusado de roubar o Lincoln Town Car, de 1999. Enquanto decorria o roubo, a avó do jo-

vem encontrava-se dentro da igreja de Cedar Hill.

O carro roubado foi encontrado uma semana mais tarde e a polícia local investigou o

neto da idosa, que acabou por confessar o crime. Garlick, que vivia com a avó, admitiu ter vendido o carro por 350 dólares (261 euros) para comprar

doses de heroína, depois de a avó lhe ter confiado um par extra das chaves.

Fonte: CM

//CANADÁ

Restaurante obriga clientes a pedir comida em língua gestual

Novo estabelecimento emprega empregados de mesa surdos e os clientes só podem pedir a comida através de gestos.

Um restaurante em Toronto abriu esta semana com uma característica que os define dos demais: os empregados de mesa são surdos-mudo. Os clientes são obrigados a pedir a comida em língua gestual. No estabelecimento, denominado Signs (Sinais, em português), a ementa também está pensada para aqueles que tenham dificuldade em falar através da língua gestual. Em cada mesa, além da ementa, há uma cábula com os gestos que os clientes precisem de saber, desde pedir a comida ou bebida, um “traga contas separadas” e até o simpático gesto de “fique com o troco”.

Fonte: CM



AVISO

O Instituto Nacional de Previdência Social avisa aos seus contribuintes, segurados e demais beneficiários que a partir do dia 1 de Agosto do corrente ano, efectuará o pagamento dos abonos de família referentes ao segundo trimestre de 2014 (Abril, Maio e Junho). Nesse sentido, não poderão serem processados os abonos se:

1. As Folhas de Ordenados e Salários não foram entregues pelo empregador até o dia 15 do mês seguinte a que dizem respeito.
2. Se as Folhas de Ordenados e Salários não estiverem devidamente preenchidos, como o nome completo, e número de identificação dos segurados.
3. Se o empregador não tiver efectuado a inscrição do trabalhador e este por sua vez, não tiver solicitado a inscrição dos seus filhos, como beneficiários.
4. Se o segurado/pensionista não entregar a declaração escolar ou médica a favor dos filhos com idade superior a 15 anos.
5. Se o documento comprovativo do NIB (Número de Identificação Bancária) não for entregue nas estruturas de Atendimento.

Sem o cumprimento destes requisitos, o INPS não poderá efectuar o pagamento dos abonos, pelo que agradece a colaboração de todos.



A desilusão ou a história de um sonho desfeito

Por Francisco Carapinha

Com a realização, na passada sexta-feira (1 de Agosto) da cerimónia de abertura e início da competição no dia seguinte, a maior festa mundial do xadrez voltou aos tabuleiros.

Refiro-me à Olimpíada de Xadrez, este ano na sua 41.ª edição, que se está a decorrer em Tromsø, a oitava maior cidade da Noruega, o país do actual campeão mundial, Magnus Carlsen.

Este grande evento de xadrez realiza-se de 2 em 2 anos, sendo o verdadeiro campeonato do mundo de selecções, tornando-se sempre numa "parada de estrelas".

E, este ano, pelos corredores da velha cervejaria Mackhallen, que quando se modernizou deixou livre 7000 metros quadrados para a realização desta olimpíada, entre outros, será possível ver passar Magnus Carlsen (Noruega), Levon Aronian (Arménia), Fabiano Caruana (Itália), Alexander Grischuk, Vladimir Kramnik e Sergey Karjakin (Rússia), todos a fazerem parte do "Top Ten" do ranking da FIDE (Federação Internacional de Xadrez).

No dia em que se iniciaram estas olimpíadas senti dentro de mim uma grande tristeza e uma enorme desilusão por não estar lá também a participar. Para quem há 3/4 anos atrás, achou ser possível constituir a Federação Nacional de Xadrez de Cabo Verde de forma a poder estrear-se internacionalmente nesta olimpíada de Tromsø, o não conseguir esse objectivo é motivo para a tristeza que transporto e para a amargura que sinto. Foi um sonho que fui alimentando até me aperceber que estava a lidar com uma pura utopia.

Hoje, desiludido e sem o entusiasmo de outrora, consciente da inércia dos xadrezistas de Cabo Verde, apercebo-me que sonhei demasiado alto. Agora, é-me fácil perceber que num país em que, na sua Capital, os amantes do jogo dos reis não conseguem sequer constituir uma simples Associação Regional, é utópico pensar que se consiga constituir uma Federação Nacional.

Durante estes anos, que remei contra a maré, apercebi-me que os xadrezistas crioulos esperam que lhes caia do céu uma Federação já constituída e pronta a ser alvo das línguas viperinas daqueles que nada fazem e entavam os que tentam fazer.

Sozinho, ou pouco acompanhado, não consegui que o céu produzisse tamanho milagre. E, é assim que aqui me encontro, com um sonho desfeito e imaginando o que seria se ele se tivesse tornado realidade.

Olhando para a lista dos países inscritos nesta 41.ª olimpíada, na 177.ª posição, a última da tabela, encontra-se Timor Leste, o jovem país da lusofonia, que já superou Cabo Verde ao ter constituído a sua Federação. Aliás, do espaço da lusofonia, só Cabo Verde e a Guiné-Bissau é que não constam nos inscritos da competição.

Caso Cabo Verde participasse e a equipa fosse constituída conforme a idealizei, ao contrário do que muitos já devem ter pensado, não seríamos nós a ocupar a última posição na lista do ranking inicial, pois na nossa equipa já teríamos alguém com Elo FIDE, colocando-nos na 169.ª posição, imediatamente a seguir a S. Tomé e Príncipe e antes do Reino do Butão. E, se assim fosse, a nossa estreia seria com o Luxemburgo (81.º do ranking inicial), que caso apresentasse a mesma equipa que apresentou na 1.ª jornada, colocaria o nosso 1.º tabuleiro a jogar com o Mestre Internacional (MI) Michael Wiedenkeller (Elo 2471), o 2.º Tabuleiro com a Grande Mestre Feminina Elvira Berend (2330), o 3.º tabuleiro com o MI Fred Berend (2380) e o 4.º tabuleiro com Christian Jeitz (2189). O resultado não deveria fugir dos 4-0 favoráveis aos luxemburgueses.

Como o "se" não funciona, a Olimpíada lá vai decorrendo sem a nossa participação, não trazendo qualquer novidade na primeira jornada, em que os países da lusofonia, à excepção de Portugal e Brasil, saíram derrotados nos seus confrontos.

A 2.ª jornada trouxe-nos algumas pequenas surpresas: o campeão do mundo, Magnus Carlsen (2877), a jogar em casa, empatou com o finlandês Tomi Nyback (2591) e a equipa 2 da Noruega (como joga em casa a Noruega inscreveu 3 equipas), surpreendeu a Ucrânia e consegui empatar o jogo (2-2) onde o MI Frode Urkedal (2500) de 21 anos, conseguiu bater, no 1.º tabuleiro, o velho Vassily Ivanchuk (2744), uma partida de que falarei mais à frente.

Relativamente aos países lusófonos, esta 2.ª jornada foi vitoriosa para Brasil, Angola e Moçambique. Portugal e São Tomé e Príncipe saíram derrotados nos seus confrontos e Timor-Leste ficou sem ser empareceado.

A 3.ª jornada trouxe-nos um duelo lusófono, colocando frente a frente as equipas de Portugal e de Angola. A selecção lusa saiu-se vencedora, sendo no universo da lusofonia, conjuntamente com a selecção santomense, as únicas equipas que conseguiram obter a vitória nesta jornada.



CHESS OLYMPIAD NORWAY 2014 TROMSØ

A Olimpíada, além da competição absoluta, a que designaram Open, comporta também a competição feminina, envolvendo 135 selecções nacionais.

Este ano, em Tromsø, fora dos tabuleiros disputa-se outra competição: a eleição do presidente da FIDE, uma disputa acesa entre o actual presidente Kirsan Ilyumzhinov e o ex-campeão mundial Gary Kasparov.

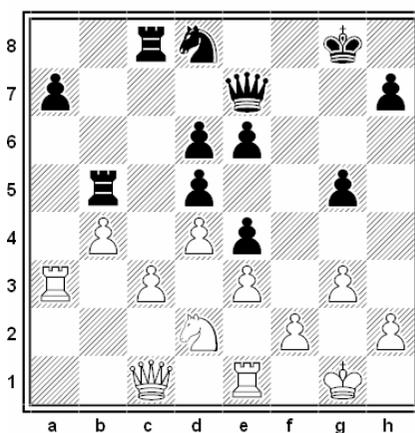
Na próxima semana trarei mais novidades desta 41.ª Olimpíada, que decorrerá até 14 de Agosto.

Como não poderia deixar de ser, deixamos-vos com a partida que Ivanchuk perdeu na 2.ª jornada.

Urkedal, Frode (NOR2)	2500
Ivanchuk, Vassily (UKR)	2744

[A04] – Abertura Reti
41.ª Olimpíada de Xadrez
Tromsø – 03/08/20014

1. ♖f3 f5 2. d3 ♗c6 3. d4 e6 4. g3 d5 5. ♙g2 ♜b8 6. O-O ♗f6 7. ♙f4 b5 8. b3 ♙a6 9. ♖c1 ♙d6 10. ♗bd2 O-O 11. e3 ♗e4 12. ♜e1 ♜e7 13. a3 ♗a5 14. ♙f1 ♜b6 15. c3 g5 16. ♙xd6 cxd6 17. b4 ♗b7 18. a4 ♜c8 19. ♗xe4 fxe4 20. ♗d2 ♗d8 21. axb5 ♙xb5 22. ♙xb5 ♜xb5 23. ♜a3



Posição após 23. ♜a3

23... ♜xb4? erro de Ivanchuk, a entrada das torres pela coluna c será quase decisiva como à frente veremos.

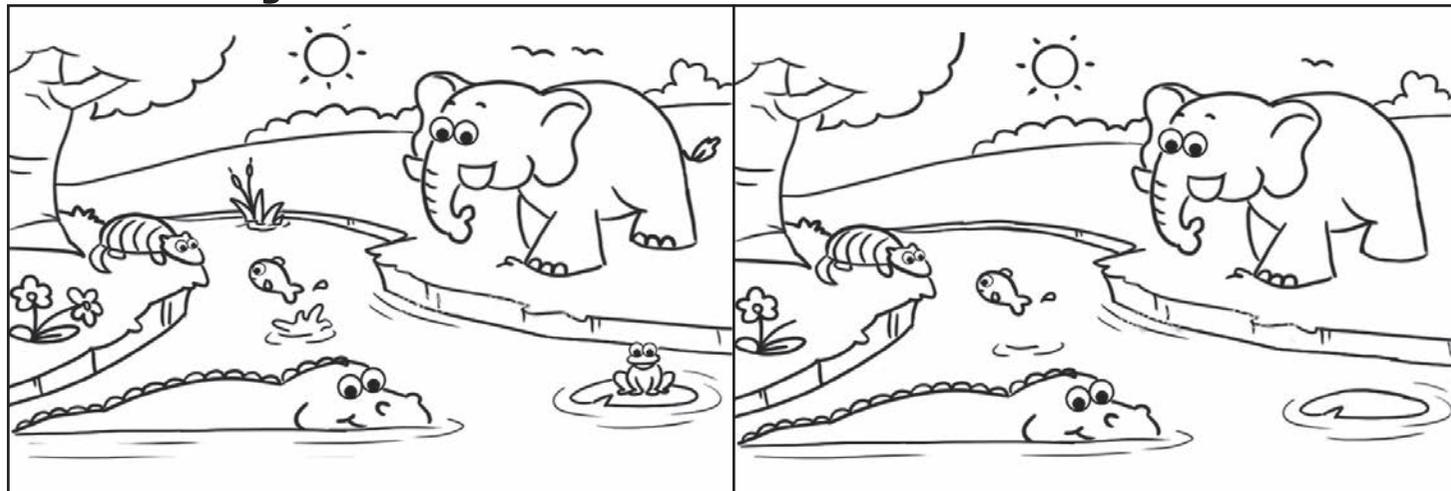
[23... ♗c6! era o que o velho Chuky deveria ter jogado, mantendo uma posição equilibrada.]

24. cxb4 ♜xc1 25. ♜xc1 ♜b7

[25... e5!? resistiria melhor mas, depois de 26. dxe5 dxe5 27. ♜a5 as brancas alcançam uma ligeira vantagem.]

26. ♜ac3! ♗f7 27. ♜c8+ ♙g7 28. ♜1c7 ♜xb4 29. ♗f1 e Chuky rendeu-se tendo em vista que as torres se dobram na sétima horizontal capturando em f7 e ♙g6 não é viável porque teremos ♜g8+ seguido de ♜f8. [1-0]

//7 Diferenças



//Sudoku

			9	7	6			
	3						9	1
7			5		2			
				3		5		
			6	9	4			
	9		8					
		7			2			3
2	8						7	
		4	7		5			



Linha denúncia do INPS

800 2008

Se é trabalhador e ainda não está inscrito no INPS e não usufrui de protecção social, significa que os seus direitos sociais não estão plenamente garantidos. Faça a denúncia ao INPS através do número 800 2008. A chamada é gratuita e não tem obrigação de se identificar. INPS, Protecção para Todos.



HORÓSCOPO



Aquário

(21 Janeiro/19 Fevereiro)

A conjuntura marca um período de grande intensidade emocional. No plano profissional à sua volta o ambiente é de competição saudável, use de todas as suas capacidades e trunfos mas sempre com sinceridade e lealdade.



Peixes

(20 Fevereiro/20 Março)

É hora de ter o que merece, por isso deve dizer o que vai no coração e na alma, quem não for capaz de o/a acompanhar deve ser colocado no lugar certo da sua vida. Aproveite uma maior solidez económica para pagar dívidas antigas.



Carneiro

(21 Março/20 Abril)

Será através do seu esforço pessoal e da luta pelas suas convicções que vai marcar a semana e ultrapassar todos os obstáculos e dificuldades. Há assuntos que tem mesmo de resolver, de nada valerá adiar, fechar os olhos ou dar mais tempo.



Touro

(20 Abril/20 Maio)

A conjuntura permite adoptar posturas fortes, capazes de o libertarem de cargas pessoais negativas e influências perturbadoras. Tendência para novos impulsos na vida profissional, nomeadamente através de financiamentos.



Gêmeos

(21 Maio/20 Junho)

Algumas notícias inesperadas e surpreendentes poderão trazer modificações importantes à sua vida. Fatos do passado próximo serão analisados e poderá beneficiar de novas possibilidades. Semana marcante dada a profusão de momentos construtivos.



Caranguejo

(20 Junho/20 Julho)

Não terá motivos para estar inseguro ou desconfiado, pelo contrário, a conjuntura é de grandes afinidades e deveras propícia ao crescimento afectivo. Para quem se queixava que a vida não corria muito bem, a conjuntura vai trazer uma mudança auspiciosa.



Leão

(20 Julho/19 Agosto)

Conflitos e erros de julgamento afectarão este plano e isso abalará um tanto a sua confiança. Especialmente o elemento feminino estará muito sensível, mas serão para ele os melhores momentos.



Virgem

(19 Agosto/18 Setembro)

A conjuntura traz uma semana em que a suas capacidades e atributos estão ao mais alto nível. Está verdadeiramente protegido, basta apenas aproveitar com força a boas influências.



Balança

(18 Setembro/17 Outubro)

Está bastante favorecido e conseguirá ultrapassar as dificuldades se agir ponderadamente e com recurso ao diálogo. Faça um esforço para não resolver nada sozinho.



Escorpião

(17 Outubro/16 Novembro)

Deve ter em conta que não pode gastar tudo o que ganha ou fazer gastos excessivos ou por conta, as tendências consumistas marcam a conjuntura e podem trazer, se não as controlar, fortes dores de cabeça.



Sagitário

(16 Novembro/15 Dezembro)

Devido à sua boa disposição e optimismo as soluções vão aparecer de um momento para o outro fazendo com que qualquer problema seja superado. Esta semana conseguirá tirar alguns coelhos da cartola.



Capricórnio

(15 Dezembro/13 Janeiro)

Esforce-se no sector profissional já que este reserva algumas compensações, embora tenha de lutar arduamente. Não faça gastos desmedidos ou desnecessários sobretudo no sentido da ostentação.



BOA VISTA	
Bombeiros	2511141
Hospital	2511167
Polícia	2511132
BRAVA	
Bombeiros	2851313
Hospital	2851130
Polícia	2851132
Fogo //Mosteiros	
Bombeiros	2831038
Hospital	2831034
Polícia	2831073
Fogo //São Filipe	
Bombeiros	2811313
Hospital	2811130
Polícia	2811132
Maio	
Bombeiros	2551335
Hospital	2551130
Polícia	2551132
Sal	
Bombeiros	2411131
Hospital	2421130
Polícia	2421132
Santiago //Calheta	
Bombeiros	2731132
Hospital	2731130
Santiago //Praia	
Bombeiros	133
Hospital	130
Polícia	132
Santiago //Santa Catarina	
Bombeiros	2651307
Hospital	2651130
Polícia	2651132
Santiago //São Domingos	
Bombeiros	2681240
Hospital	
	2681130
Santiago //Santa Cruz	
Bombeiros	2691313
Hospital	2691330
Polícia	2691332
Santiago //Tarfal	
Bombeiros	2661155
Hospital	2661130
Polícia	2661132
Santo Antão //Paul	
Hospital	2231130
Polícia	2231292
Santo Antão //Ponta do Sol	
Hospital	2251130
Polícia	2251132
Santo Antão //Porto Novo	
Bombeiros	2221223
Hospital	2221130
Polícia	2221132
Santo Antão //Ribeira Grande	
Hospital	2251130
Polícia	2251132
São Nicolau	
Bombeiros	2361162
Hospital	2351130
Polícia	2351132
São Vicente	
Bombeiros	2325231
Hospital	2327355
Polícia	2314631

FARMÁCIAS DE SERVIÇO

//Praia

06/08	Farmácia Africana	10/08	Farmácia 2000
07/08	Farmácia Avenida	11/08	Farmácia Moderna
08/08	Farmácia Sta. Isabel	12/08	Farmácia Central
09/08	Farmácia Universal	Farmácia A.S. Filipe (todos os dias)	

//São Vicente

06/08	Farmácia Leão	10/08	Farmácia Mindelo
07/08	Farmácia Nena	11/08	Farmácia Avenida
08/08	Farmácia Higiene	12/08	Farmácia Leão
09/08	Farmácia d'vem		



Banco de Cabo Verde

As taxas aqui retratadas são as praticadas nas operações entre o BCV e as instituições de crédito. As taxas praticadas por estas últimas nas operações com os seus clientes estão liberalizadas, com excepção do câmbio com o Euro que é fixo.

Taxas de Juro

Data	Tipo	Taxa(%)
01-08-2013	Absorção de liquidez	0,5000
01-08-2014	Cedência de liquidez	6,7500
01-08-2014	Redesconto	7,7500
26-06-2014	Taxa Base Anual	2,3270
01-08-2014	Taxa Directora	3,7500

Títulos do BCV - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa(%)
16-07-2014	Títulos de Intervenção Monetária (180 dias)	0,5938
21-07-2014	Títulos de Regulação Monetária (14 dias)	0,5234
04-08-2014	Títulos de Intervenção Monetária (60 dias)	0,6250

Títulos da Dívida Pública - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa(%)
20-06-2014	Bilhetes de Tesouro - 91 dias	1,4375
26-06-2014	Bilhetes de Tesouro - 90 dias	1,4375
09-07-2014	Obrigações de Tesouro - 2 Anos	5,1250
21-07-2014	Bilhetes de Tesouro - 182 dias	1,6250

Taxa de Câmbio de 05-08-2014

País	Moeda	Unid.	Compra	Venda
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	USD	1	82,051	82,253
INGLATERRA	GBP	1	138,164	138,467
CANADÁ	CAD	1	75,144	75,285
SUIÇA	CHF	100	9056,240	9069,016
JAPÃO	JPY	100	80,001	80,128
DINAMARCA	DKK	100	1477,611	1480,300
NORUEGA	NOK	100	1306,895	1309,585
SUÉCIA	SEK	100	1189,814	1192,671
ÁFRICA DO SUL	ZAR	1	7,583	7,785
SENEGAL	XOF	100	16,810	16,810

Obs: Para mais informações consulte, WWW.BCV.CV

Vá de Férias Descansado



CHECK LIST

- Seguro de Casa
- Seguro de Viagem
- Seguro de Assistência em Viagem
- Nº de Assistência em viagem
- Seguro de Acidentes Pessoais
- Seguro Automóvel e Ocupantes
- Declaração Amigável
- Documentos
- Passaporte
- Vistos
- Vacinas
- Kits diversos

A CASA

- Desligue o Gás e feche as torneiras, da água e do esquentador;
- Tranque as janelas e portas e ligue os alarmes;
- Deixe os contactos telefónicos a vizinhos ou familiares para qualquer eventualidade;
- Verifique se o seguro da sua casa/habitação está em dia.

Não esqueça que os riscos de furto ou de roubo, incêndio, inundações e danos por água são importantes e podem ocorrer na sua ausência.

O CARRO

Se vai andar de carro verifique se tem em seu poder todos os documentos necessários e devidamente actualizados. Inclusive o Seguro.

Verifique o estado do veículo, (luzes, pneus, óleo, água, travões, etc.)

Não esqueça de colocar uma DAAA (Declaração Amigável de Acidente Automóvel) no porta luvas do seu veículo e por favor não se esqueça das regras elementares de segurança: As crianças têm de viajar em cadeiras próprias e adequadas para a idade, o cinto de segurança é obrigatório e se conduzir não beba.

AS PESSOAS

- Informe-se sobre aspectos particulares do seu destino de férias, tais como vistos, vacinação especial, condições de segurança etc.
- Leve consigo uma pequena caixa de 1º Socorros;
- Verifique se dispõe de seguros de viagem, assistência em viagem e de acidentes pessoais que lhe garantam a sua protecção durante as férias.

Não se esqueça de que nas suas férias podem acontecer imprevistos consigo ou com aqueles que viajam consigo. Previna-se.

OS BENS

Nunca deixe os seus bens abandonados, especialmente nos aeroportos, nas praias ou em locais de diversão. Transporte sempre consigo os seus documentos e não leve consigo grandes quantias em dinheiro.

Não esqueça de que há seguros que protegem a sua bagagem e bens.

